2 História do *Jornal do Brasil*: concepção e trajetória até a primeira metade do século XX.

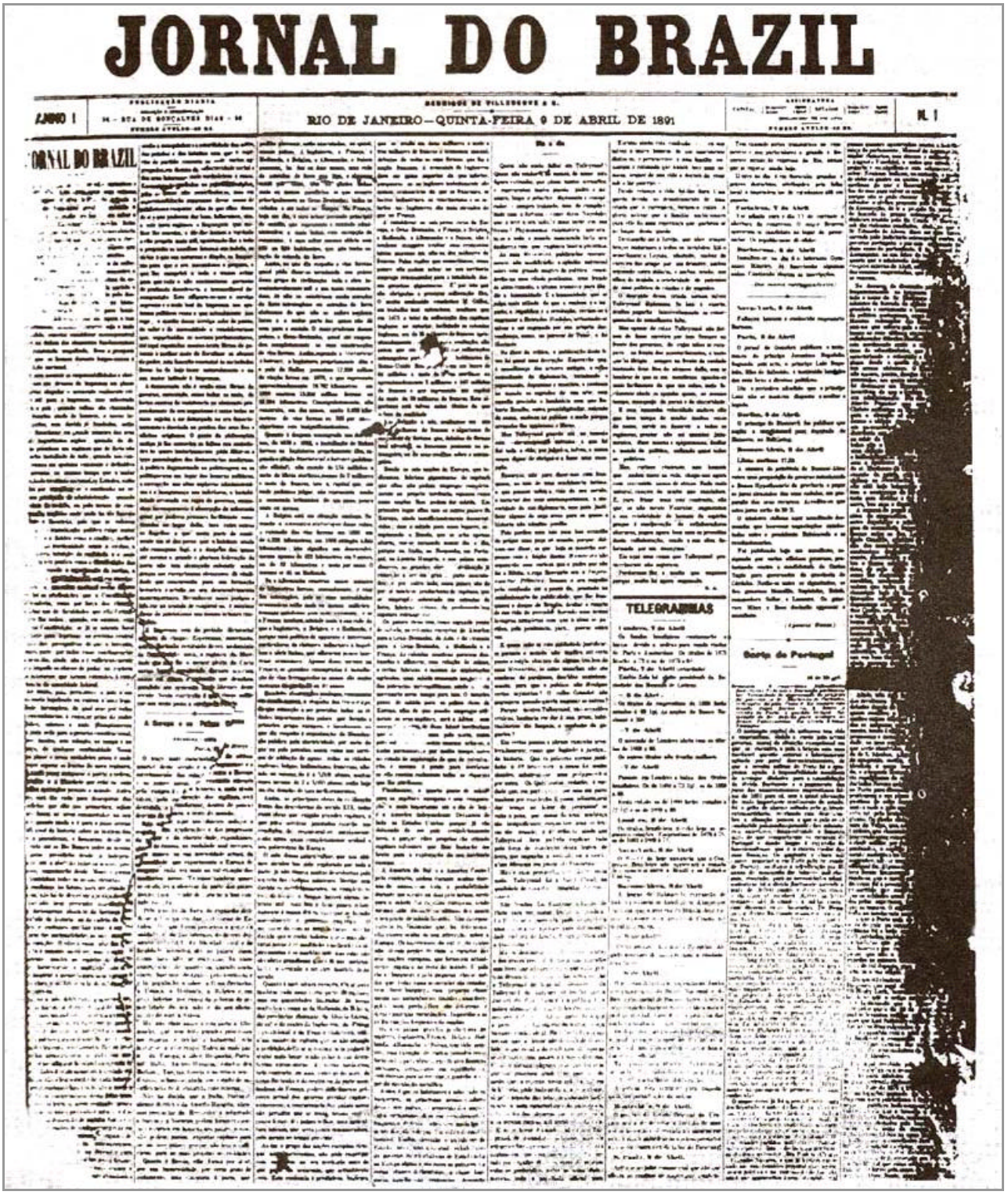
Neste capítulo será abordada a história do *Jornal do Brasil* desde sua fundação até meados do século XX, período que abrange o recorte desta pesquisa. Para isso serão utilizadas informações obtidas na revisão bibliográfica e nas observações feitas durante a pesquisa nas edições originais impressas, disponíveis na Biblioteca Nacional. É relevante observar a importância dessas informações adquiridas no próprio jornal, já que a partir delas foi possível comentar as características gráficas dos itens citados e confirmar ou refutar as informações disponíveis na bibliografia tradicional.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

2.1 Concepção e turbulências

A história do *Jornal do Brasil*, especialmente nos seus primeiros anos, é indissociável da história da República brasileira, uma vez que o mesmo foi concebido em meio a um período conturbado de consolidação do novo regime. O *Jornal do Brasil* foi fundado no dia 9 de abril de 1891, por Rodolfo de Souza Dantas, menos de dois anos após a proclamação da República **(figura 1)**. Sua redação se instalou na Rua Gonçalves Dias, número 56, contava com a direção de Dantas, a gerência de Henrique de Villeneuve e a chefia de redação de Sancho de Barros Pimentel. Seu fundador era ex-Ministro do Império (29º Gabinete, 1882) e o dia de seu lançamento foi escolhido por ser o 60° aniversário do *Te-Deum*[1] em ação de graças pela aclamação de D. Pedro II como Imperador. Contrariando as evidências, o periódico declarou em sua primeira edição que "apesar de não ter contribuído para a

[1] Te-Deum é um hino litúrgico católico atribuído a Santo Ambrósio e a Santo Agostinho, iniciado com as palavras "Te Deum Laudamus" (A Ti, ó Deus, louvamos).



JORNAL DO BRAZIL

ANNO I | RIO DE JANEIRO—QUINTA-FEIRA 9 DE ABRIL DE 1891 | N. 1

TELEGRAMMAS

Sorte de Portugal

Figura 1 – Capa da edição inaugural em 1891.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

implantação da república, considerava um dever de patriotismo ajudar na sua consolidação". O *Jornal do Brasil* nasceu monarquista, apesar do cuidado em informar de maneira imparcial para não sofrer repressão do governo (Silva, 1988: 42-3; Sodré, 1999: 256-7).

A postura do *Jornal do Brasil* era moderada em relação à sua luta ideológica, pois surgiu fortemente capitalizado e com intenção de vida longa, não pretendia ser liquidado pelo governo como aconteceu com vários pasquins monarquistas. Contou com diversos colaboradores de prestígio sem clara vinculação ao monarquismo militante, como José Veríssimo, Said Ali e Rio Branco. Durante um tempo o jornal oscilou entre atitudes mais ou menos engajadas, testando os limites do aceitável. Com a chegada de Joaquim Nabuco para chefiar a redação em junho de 1891, quando voltou da Inglaterra onde era correspondente, intensificaram-se as críticas ao regime de governo, foi publicada, além de outras coisas, uma série de artigos intitulados "Ilusões Republicanas" e "Outras Ilusões Republicanas". O jornal foi ameaçado e ainda assim continuou com a campanha criticando o adesismo ao novo regime (Silva, 1988: 44).

No final do ano, o jornal deu destaque à morte de D. Pedro II em Paris e incitou uma campanha monarquista. Até que no dia 16 de dezembro, a redação foi invadida; aos gritos de ordem para matar Nabuco, as oficinas foram depredadas. Ao pedir garantias ao governo, o jornal recebeu a informação de que não seria possível garantir a vida de jornalistas que trabalhavam para jornais monarquistas. Diante disso, Dantas anunciou que junto com Nabuco e Sancho de Barros Pimentel, deixava o jornal que passou para novos proprietários. Henrique de Villeneuve assumiu a direção do periódico e Ulisses Viana a redação. Em 1892 a chefia de redação foi assumida por Constâncio Alves, que substituiu Ulisses Viana. Este não concordava com a atitude de Villeneuve em continuar se posicionando como monarquista frente às ameaças do governo. Foi um ano de crise, superada em 1893 quando o jornal passou a ser uma sociedade anônima, cujos sócios, em sua maioria, haviam sido titulares do Império. Assim, Ulisses Viana voltou à redação, e o periódico novamente se declarou imparcial (Silva, 1988: 44-5).

Desde o princípio, o *Jornal do Brasil* adotou uma postura empresarial inovadora, enviando correspondentes estrangeiros para Alemanha, França, Itália, Bélgica, Estados Unidos, Portugal e Inglaterra. Também inovou quando em 1893

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

publicou uma seção destinada à mulher, de autoria de Clotilde Doyle, sob o pseudônimo de Branca, fato inédito na imprensa brasileira, e, no ano seguinte, lançou a coluna "Kinetoscópio", que veiculava aos domingos e era dedicada ao cinema **(figura 2)** (Silva, 1988: 48; Sodré, 1999: 257).

Em maio de 1893 o *Jornal do Brasil* passa a ser dirigido por um líder republicano, Rui Barbosa. Nesse momento, o posicionamento da empresa deixou de ser monarquista e passou a legalista a favor da República, porém contra a ditadura do então presidente Floriano Peixoto. Sabe-se que Rui Barbosa se associou a Joaquim Lúcio de Albuquerque Melo, juntos compraram o periódico por 70 contos de réis. (Bandeira, 1960: 40). Logo que assumiu a redação, Rui Barbosa mudou, no título, o Z de Brasil para S; nessa época o jornal começou a receber notícias telegráficas por meio do serviço da agência *Reuter-Havas*, que havia se instalado no Brasil em 1874. Quando se iniciaram as transmissões telegráficas, via cabo submarino, que ligou o país à Europa, esse novo avanço nas comunicações permitiu a publicação de notícias internacionais nos principais jornais brasileiros (Bahia, 1967: 129; Sodré, 1999: 215).

Com a prisão do almirante Eduardo Wandenkolk, acusado pelo governo de pirataria, Rui Barbosa, atuando como advogado, impetrou *habeas-corpus*, em seu favor. O documento foi publicado na edição do *Jornal do Brasil* de 31 de agosto de 1893 **(figura 3)**. Três dias depois o jornal foi empastelado. Com o início da revolta da Armada em 6 de setembro, Rui Barbosa publicou um artigo no qual atacava de forma contundente os partidários de Floriano Peixoto. Foi seu último artigo publicado antes de se refugiar na Inglaterra, face à prisão iminente. Apesar dos acontecimentos, o jornal, sob a direção de Joaquim Lúcio, continuou publicando o noticiário sobre a revolta, até que Floriano decretou estado de sítio e suspendeu a liberdade de imprensa (Silva, 1988: 46).

O *Jornal do Brasil* só voltou a circular no dia 15 de novembro de 1894, sob a direção de novos proprietários, a firma *Mendes e Cia*. A data escolhida para o lançamento, aniversário da Proclamação da República, indicava que o periódico não pretendia mais ser identificado como monarquista. De fato, a partir dessa nova fase, ele se voltaria para temas mais populares: notícias policiais, informações sobre problemas urbanos, etc. (Silva, 1988: 46). Para evidenciar a mudança, a numeração do jornal foi reiniciada – número 1, ano 4 – e a comemoração de aniversário do jornal passou a ser nessa nova data, o que, aliás,

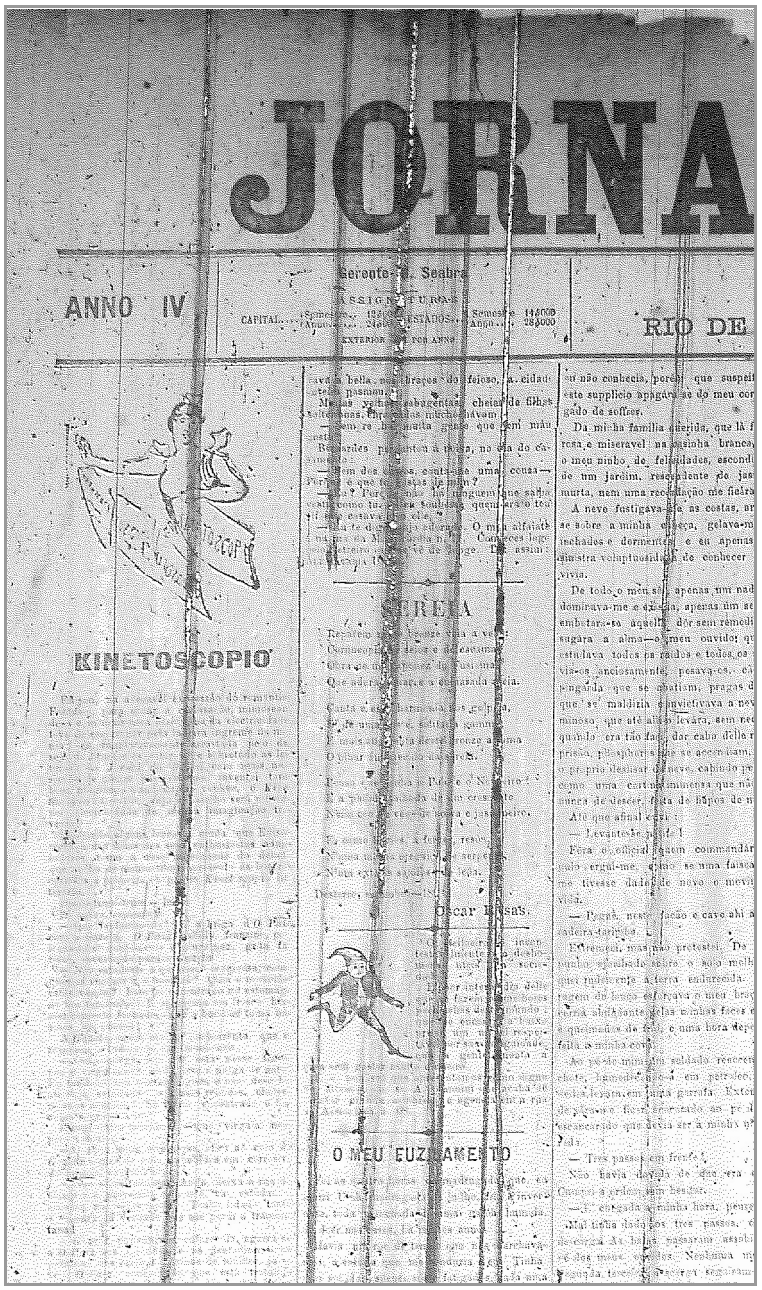
PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

era cômodo, já que as edições comemorativas nos dias 15 de novembro podiam dar mais ênfase à sua própria celebração do que às festividades da República **(figura 4)**. O dia em que o *Jornal do Brasil* voltou a circular coincidiu também com a posse do primeiro governo civil da República que substituiu Floriano Peixoto na presidência. Com Prudente de Moraes, iniciou-se o período que ficou conhecido como "política do café-com-leite", durante o qual, através de acordos políticos entre as elites econômicas de São Paulo e Minas, a presidência da República foi ocupada ora por paulistas ora por mineiros.

A partir de então, teve início uma nova e longa fase do periódico, onde o *Jornal do Brasil* se intitularia, conforme o editorial do número de relançamento como: "legítimo e natural representante do povo". A redação foi assumida por Fernando Mendes de Almeida que tomou iniciativas jornalísticas arrojadas para a época. A ida de Felisberto Freire, repórter que colaborava no jornal desde 1893, a Buenos Aires e a Montevidéu para entrevistar o almirante Custódio José de Melo e outros brasileiros ali exilados, rendeu várias reportagens. Continuou divulgando diariamente as notícias da agência *Havas*, porém a seção que passou a ganhar destaque e possuir lugar cativo na capa era a do jogo do bicho (Sodré, 1999: 266).

Cruzando os dados obtidos acerca desse delicado momento histórico brasileiro e a trajetória do *Jornal do Brasil*, percebe-se como o periódico foi se transformando com as circunstâncias comerciais e políticas e com as posições das diversas direções que o controlaram, ou ainda do posicionamento político de seus redatores, dentre outros fatores.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA


JORNA

ANNO IV

RIO DE

KINETOSCOPIO

O MEU EUZIAMENTO

Figura 2 – Seção dedicada ao cinema em 1894.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

HABEAS-CORPUS

Em favor dos srs. almirante Wandenkolk, capitão-tenente Huet Bacellar e 1° tenente Antão Correia

PETIÇÃO DIRIGIDA AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Srs. Juizes do Supremo Tribunal Federal:

Ruy Barbosa vem impetrar-vos *habeas-corpus* a favor dos cidadãos brasileiros Eduardo Wandenkolk, Duarte Huet Bacellar Pinto Guedes e Antão Correia da Silva, senador o almirante e primeiro, os outros oficiais, todos reformados, que se acham, há quarenta dias, presos nas fortalezas de Santa Cruz, Lage e Villegaignon, como envolvidos no incidente do *Júpiter*.

Quanto ao senador Wandenkolk, o caso está resolvido pela deliberação do senado na sessão de 18 do corrente.

O presidente da republica, em mensagem endereçada áquella camara, aos 19 deste mez, e estampada no *Diario Official* de 20 (docum. n. 1), solicitou do senado «a necessaria autorisação», para que o senador Eduardo Wandenkolk fosse «submettido a conselho de guerra.» (*Diario Official*, pag. 1.336).

Destarte, reconhecendo aquella das duas casas do congresso, a que pertence o paciente, a competencia, para deliberar sobre a jurisdicção onde se deve instaurar o processo crime, o chefe do poder executivo, ao mesmo tempo, o seu conceito, pressupposto indubitavel a competencia *do fôro militar*.

A autoridade do senado, com effeito, neste ponto, não pode soffrer questão, em presença da constituição republicana, art. 20, que rezou, como sabeis:

«Os deputados e os senadores, desde que tiverem recebido diplomas, até a nova eleição, não poderão ser presos, nem processados criminalmente, sem prévia licença da sua camara, salvo caso de flagrancia em crime inafiançavel. Neste caso, levado o processo até a pronuncia inclusive, a autoridade processante remetterá os autos á camara respectiva, para resolver sobre a procedencia da accusação, si o accusado não optar pelo julgamento immediato.»

Na faculdade de resolver quanto á flagrancia e a inafiançabilidade, evidentemente se encerra, implicite, a de indicar a jurisdicção competente.

Em verdade,

Não ha conhecer da afiançabilidade, ou inafiançabilidade, de um crime, sem previamente capitulal-o na disposição especial, cujo grau de penalidade o tem de isolar numa dessas duas classificações.

Mas precisar a disposição, em que se ha-de averbar um delicto, é declarar o codigo, commum, ou militar, por onde se julgará.

E declarar o codigo é determinar o fôro; porquanto nem a lei militar se executa na jurisdicção ordinaria, nem a lei ordinaria na jurisdicção militar.

Nem o interprete podia restringir, onde o legislador não restringe, tratando-se, como se entende em todos os paizes constitucionaes, não tanto de um privilegio pessoal em proveito dos membros do camara, como de uma garantia politica a bem da independencia e dignidade dos representantes da nação.» (1)

Assim, na Italia, onde aliás a disposição constitucional (art. 45 do Estatuto) não se mostra de amplitude com a nossa, é corrente que «a camara tem o direito, ou antes o dever, de sujeitar a escrupuloso exame *a indole da acção*, que se promove, em materia criminal, contra qualquer de seus membros.» (2)

Não se trata, porém, de justificar a opinião, manifestada na mensagem presidencial, da competencia do senado para se pronunciar sobre a competencia do fôro. O certo é que aquella camara, no exercicio dos direitos de apreciação, que incontestavelmente lhe assistem, quanto aos meios de interpretar a extensão das suas immunidades, e defendel-as, usou da attribuição, que o proprio governo lhe reconhecera; mas fel-o segundo a autoridade da jurisdicção militar, e proclamando a do fôro commum.

Em os termos, em que se traduz o acto do senado, resolvido na sessão de 18 do corrente, e publicado no *Diario Official* de 29, p. 1.358-59 (doc. n. 2).

«O Senado reconhecendo, de accordo com os fundamentos do parecer, a competencia do fôro civil, na presença do art. 20 da Constituição da Republica, perante o qual deve responder o senador do Congresso, deliberou que, mediante requisição ao Poder executivo, sejam remettidos os papeis concernentes ao caso do senador simplesmente reformado Eduardo Wandenkolk ás justiças communs, onde se lhe deve formar a culpa, e proceder ao respectivo julgamento.»

Não sequestrou que, antes do senado, as proprias autoridades militares, congregadas em conselho de investigação, por ordem do governo, para apurar do assumpto, se tinham manifestado unanimemente, no parecer que veio foi remettido pelo chefe do poder executivo, e lido, perante vós, na sessão de 9 do corrente, pela incompetencia dos tribunaes de guerra.

Moralmente nada lograria estabelecer em favor desta thesa presumpção mais cabal. Agora, porém, a decisão do senado, pela fatalidade dos seus effeitos constitucionaes, não pode deixar de pôr termo á questão, assegurando ao senador Wandenkolk a outorgação do processo ante as justiças communs.

Mas, uma vez instituida a competencia dos tribunaes ordinarios, a situação do senador Wandenkolk coincide rigorosamente, em todos os seus pontos, com a dos quarenta e nove presos, a quem, sob requerimento do impetrante, restituistes a liberdade nas sessões de 9 e 16 do corrente.

O *habeas-corpus*, por consequencia, impõe-se aqui duplamente: já como observancia das regras usuaes, (cod. do proc., art. 1.

Unidos, tem sido sempre o *writ* de *habeas-corpus*, a favor dos membros do parlamento indevidamente presos, ou mandados pôr em liberdade pela camara a que pertencem.» (1)

Os dois outros pacientes, oficiaes reformados como o almirante Wandenkolk e presos como seus companheiros, estão precisamente na mesma hypothese que elle. Seria um escandalo de indecencia e iniquidade, portanto, á fazenda privados do fôro commum, em que o primeiro vai responder.

E em que fundamento jurídico se poderia escrever o julgamento deste nos tribunaes militares?

Para determinar essa competencia de excepção, indispensavel é a concurrencia de dois elementos:

1°. O caracter militar do accusado;

2°. A natureza militar do crime.

E o que estabelece o codigo penal (decr. n. 847, de 11 de out. de 1890), art. 6, prescrevendo:

«Este codigo não comprehende:

«§ 1º Os crimes *puramente militares*, como tem declarados nas leis respectivas.»

Ora, o acto que firmou entre nós a definição de *delicto militar*, é o provisão de 20 de outubro de 1834, segundo a qual são crimes *puramente militares* todos os declarados nas leis militares, e que só podem ser commettidos pelos cidadãos alistados nos corpos militares ou inscriptos na armada, como são: 1°, os que violam a santidade e religiosa observancia do juramento prestado pelos que assentam praça; 2°, os que offendem a subordinação e boa disciplina do exercito e da armada; 3°, os que alteram a ordem, policia e economia do serviço militar em tempo de guerra ou paz; 4°, os abusos ou abuso de autoridade, em occasião do serviço ou influencia de emprego não outorgado por lei, que positivam este porte o delinquente de fôro militar.»

São militares os officiaes reformados?

No direito francez nunca se questionou a tal respeito. Ali não se contesta jamais que «um official reformado não pode considerar-se militar.» São palavras textuaes do Dumas (2), reproduzindo a linguagem commum aos tribunaes daquella paiz. Nosso legar, onde se refere a conselhos de guerra, dá ella, fixando-lhes a jurisdicção: «Não é applicavel aos officiaes reformados (*reformés, ou retraités*); porque estes *não fazem parte do exercito*.» (3)

Faustin Hélie (4) expõe como trivial e inconcusa a mesma doutrina:

«O individuo chamado a serviço e o voluntario contractado permanecem sujeitos á jurisdicção militar, *durante o tempo de incorporação. E o facto de prestação no corpo, de sujeição ao serviço, de participação nos diversos exercicios militares, que o submette á disciplina.*»

E, quatro linhas adeante:

«Do que precede, resulta pertencer a qualidade militar a todos os individuos inscriptos nos quadros do exercito e *submettidos a serviço activo.*»

E tal é expressamente a disposição do *codigo de justiça militar do exercito de terra*, cujo art. 56 sujeita aos conselhos de guerra os officiaes, soldados, etc., *ajoutant qu'ils sont en activité de service, ou portés présents sur les contrôles de l'armée, ou détachés pour un service spécial.*» (5)

No Brasil as disposições legislativas nos conduzem com a mesma evidencia a esse conclusão.

O codigo do processo, art. 171, § 1°, excepta da accusação perante o jury

«os militares, *por crime de emprego militar*, que serão sorteados no juizo de seu fôro.»

Enfim, para não restar mais duvida alguma, a lei da compulsoria, o decreto de 30 de dezembro de 1890 (n. 108 A), art. 3°, reconhece-os assim:

«Os officiaes da armada occuparão uma das seguintes situações:

«§ 1°. Reforma, situação a que chega o official *dispensado de todo o serviço.*»

Pois bem, ao proprio codigo Foster, apesar do seu caracter draconiano, mais tracejado do que o do conde de Lippe, entra invariavelmente na definição de todos os delictos militares, do primeiro ao ultimo, como elemento substancial, como o elemento caracteristico, a condição de serem perpetrados por individuos *ao serviço da marinha de guerra.*»

Ora, o reformado

não está em serviço (decr. de 30 dez. 1890);

não se acha *sob corpo* militares (prov. de 20 out. 1834);

não exerce emprego militar (cod. do proc.).

Logo, nos termos do codigo do processo, da provisão de 1834, do decreto de 1889, e até do odioso codigo de 1890 (que aliás não invocamos senão como argumento subsidiario), o reformado não está sujeito ao fôro militar.

Sem razão, para estabelecer uma equiparação repellida pelas leis militares dos paizes mais militarisados, allegar o soldo, que recebe o reformado, e a possibilidade eventual, em que se acha, de ser chamado a serviço. O soldo, para o reformado, corresponde, na ordem civil, á pensão, para o aposentado: é um premio, por serviços anteriores; não a retribuição de serviços actuaes. E a possibilidade do chamado ao serviço não representa laço de dependencia militar, vinculo disciplinar, mas vem que é facultado ao official, a quem o convidar se dirige, sender, ou escusar-se.

Mas, ainda quando militar fosse o reformado, não se provou que sejam militares os delictos em questão, senão com disposições do codigo de armada, cuja inconstitucionalidade fulminastes.

Postas vós mesmas que, no accordam de 18 do corrente, solemnemente declarastes:

«Que, para firmar-se a competencia do fôro de marinha, não podem ser invocadas as regras estabelecidas no codigo penal de armada de 7 de março de 1891; porquanto o dito codigo se funda no decreto de 14 de fevereiro de 1891, que encetou o ministerio da marinha a reformar o primeiro codigo de armada, de 5 de novembro de 1890, e essa tal enchiridion não tende não utilisada durante o periodo do governo provisorio e dictatorial, não podia mais sal-o, como aliás o foi, no periodo constitucional:

«Que, com effeito, o art. 87 da constituição manda somente vigorar as leis anteriores que forem compativeis com o novo regimen, e sendo um dos principaes fundamentos da ordem constitucional a separação dos poderes e a privativa competencia do congresso para legislar, a enchiridion legislativa, contida naquelle decreto, caducou, *ante* da promulgação da constituição: falta do exame ao codigo de 7 de março toda a base legal:

«Que, não vigorando tambem o primeiro codigo penal de armada, de 5 de novembro de 1890, indefinidamente suspenso pelo decreto de 4 de fevereiro do anno seguinte, a competencia do fôro ultramarino e a do fôro especial militar se discriminam em face das disposições do codigo penal commum e das leis militares em vigor.»

Bem ingenuo-nos pelo criterio estabelecido na provisão de 20 de outubro de 1834 (e o nosso direito não conhece outro), para que se dissipem completamente as nuvens, com que as paixões e os interesses politicos se esforçam por toldar a evidencia á esta verdade. Os delictos em questão são daquelles que **estão sujeitos ao conhecimento por cidadãos alistados nos fôros de exercito e da armada?**

São *todos eles, estão capitulados no codigo penal commum*. As commissões reunidas de constituição, poderes e diplomacia, justiça e legislação, no senado, enumeraram, todas as capitulações, em que se lhes averiguado esses delictos, dizendo, no seu parecer de 23 do corrente, dado a luzir no *Diario Official* de 25, p. 1.499 (doc. n. 3).

«Qualquer que seja o artigo *do codigo penal*, applicavel á especie do crime imputado ao senador almirante reformado Eduardo Wandenkolk, seja o 33, ou 127, ou 177, § 4°, **nos quaes incidem os actos praticados pelo referido senador**, estatue o maximo da penalidade exigida para a desauctoração da força.»

São, portanto, delictos perpetrados *por civis*. Logo, nos termos da provisão de 1834, assim como nos do codigo de 1889, são julgados em face deste, processando-se nos tribunaes communs.

Mas, ainda considerando militares e sujeitos á jurisdicção militar nos delictos militares os officiaes reformados, militar não podia ser, na especie, o fôro, por não ser militar o delicto.

A coexistencia dos dois elementos (condição do individuo e caracter do acto) só se dispensa no caso unico resolvido pela lei de 18 de setembro de 1891, art. 1°, cujos termos se circumscrevem á hypothese de crimes *internos*:

«No caso de *guerra externa* serão punidos com a pena de morte, na provincia, em que tiverem logar as operações do exercito imperial, e bem assim em territorio alliado, ou inimigo, occupado pelo mesmo exercito: 1° os espiões; 2° os que, nas guardas, quartéis, arsenaes, fortalezas, acampamentos, postos militares e hospitaes, tentarem seduzir as praças de 1ª linha, policia, guarda nacional, ou quaesquer outras, que façam parte das forças do governo, tanto da mar, como de terra, afim de que desertem para o inimigo; 3° os que nos mesmos logares acima mencionados tentarem seduzir as mesmas praças, afim de que se levantem contra o governo, ou os seus superiores; 4° os que atacarem sentinellas; 5° os que entrarem nas fortalezas sem ser pelas portas e logares ordinarios.»

Admittido, porém, hypotheticamente, a natureza militar do crime e a condição militar das pessoas, desde que estas se acham, por complicidade, envolvidas nesses factos com cidadãos civis, ulteria-se impetrado o direito de invocar a regra de jurisprudencia penal admiravelmente elucidada por um dos illustres membros desta augusta corporação, o sr. ministro José Hygino:

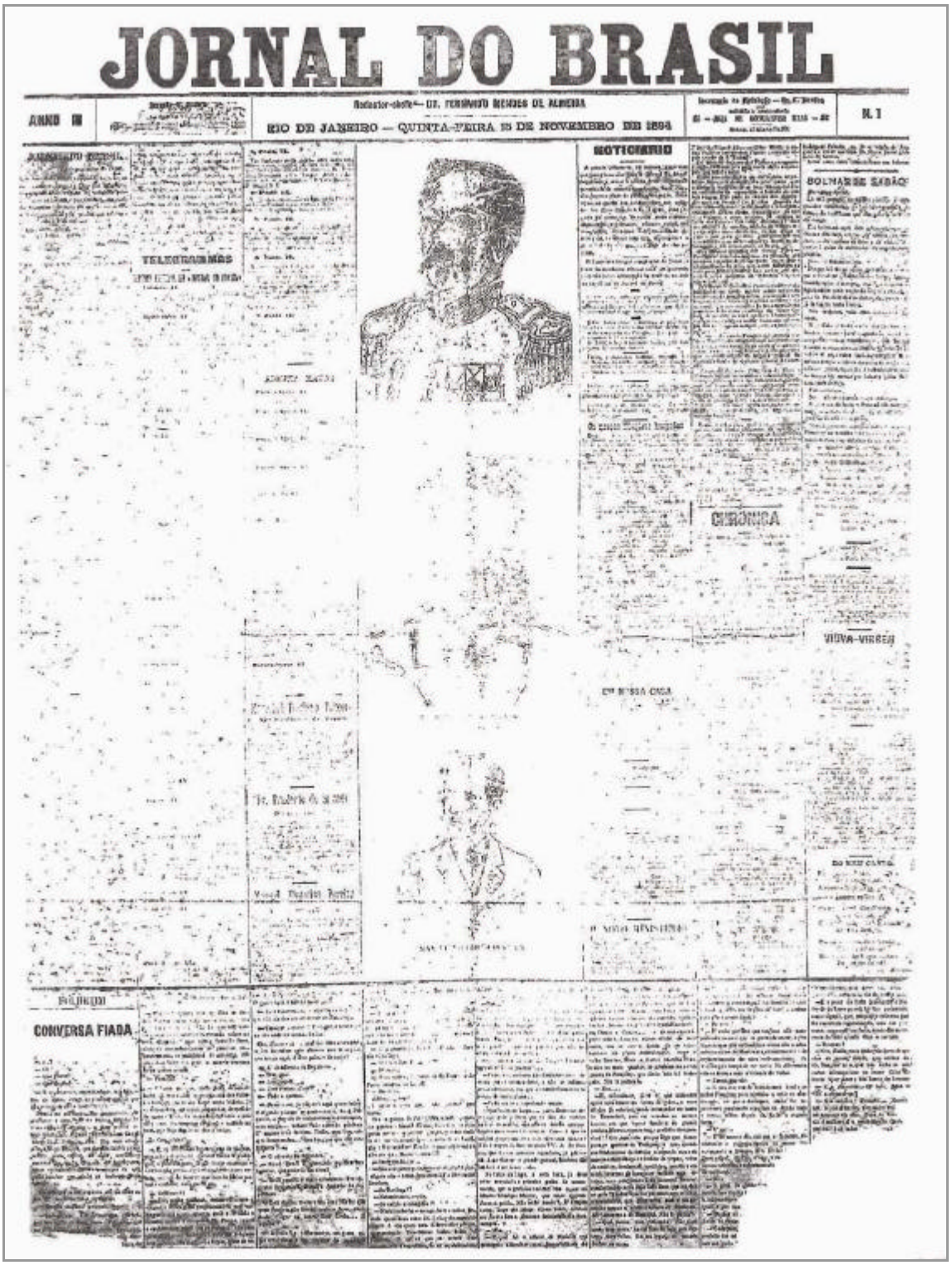
«*Concedera* tambem que a reforma não tenda o official reformado das leis e do fôro militar. Neste caso, porém, prevalece o principio, consagrado no art. 109 da lei de 30 de dezembro, que estatue o *juiz civil* a formar a culpa a paisanos e *militares*, *separando*, *depois da pronuncia*, *os processos*, para serem tirados cada qual no seu respectivo fôro.» (1)

Quer como, quer sendo hypothese, portanto, a situação militar, em que se acham os dois ultimos pacientes, é indefensavel. Ainda quando militares fossem, a discriminação das competencias ad principiam com a sentença terminal do summario. Mas militares não são, pelos motivos expendidos, em apoio dos quaes invoca até o impetrante o parecer do conselho de investigação, cujos membros, sendo jeites de espada, não podem incorrer em suspeita de poder exaggerar attribuições á inaccessivel civil.

Por mais concessões, pois, que o impetrante faça contra os pacientes, a situação jurídica destes, em ultima analyse, vem a se identificar á dos outros quarenta e nove detidos, a favor de que já vos dignastes de conceder *habeas-corpus*, e que em virtude dela, desfrutam hoje a liberdade.

Nos termos, pois, dos arts. 349 a 352 do codigo do processo, o peticionario, affirmando a verdade do que allega, e é notoria

Figura 3 – Documento publicado por Rui Barbosa contra o governo republicano, 1893.



JORNAL DO BRASIL

ANNO III — Redactor-chefe — DR. FERNANDO MENDES DE ALMEIDA — RIO DE JANEIRO — QUINTA-FEIRA 15 DE NOVEMBRO DE 1894 — N. 1

NOTICIARIO

BOLHAS DE SABÃO

TELEGRAMMAS

CHRONICA

NOVA-VERSÃO

EM NOSSA CASA

CONVERSA FIADA

Figura 4 – Capa da reinauguração do jornal em 1894.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

2.2 A modernidade e suas implicações

O *Jornal do Brasil*, já estruturado como uma indústria e usufruindo avanços técnicos, iniciou a publicação de uma edição diária vespertina em 1900 que circulava às 15 horas. Nesse ano já era expedido para todo o país. Possuía uma tiragem extraordinária para a época, chegando a 62.000 exemplares diários em 1902. Para ilustrar a magnitude desses números, em 1900, quando a tiragem do periódico ainda era de 50.000 exemplares diários, o *Jornal do Brasil* se gabava por ser superior ao *La Prensa*, de Buenos Aires, que até o ano anterior era o de maior tiragem na América do Sul (Sodré, 1999: 274).

Em 1900, o jornal contava entre suas seções "Coisas da Política"; "Telegramas", com muitas notícias internacionais recebidas das agências de notícias; "Queixas do Povo", que trazia as reivindicações da população do Rio de Janeiro; "Folhetim Literário"; "Palcos e Salões", com informações dos eventos culturais; "Seção Religiosa"; "Seção Forense", "Sport"; publicava ainda, "Modinhas Populares", com as letras das músicas; "A Bicharada", com os palpites e resultados do jogo do bicho. Trazia ainda notícias de outros estados, como por exemplo, a seca que assolou o Ceará e foi destaque em reportagens e caricaturas. Havia também uma seção de modas com desenhos ilustrando as novidades. Ou seja, seu conteúdo ia além de apenas noticiar fatos ocorridos e reunia informações diversas para um público heterogêneo. Pelo fato de ser um dos jornais mais importantes do país e ser largamente distribuído, o *Jornal do Brasil* divulgava valores, imagens e elementos da cultura popular da capital da República, que eram absorvidos por todo o país.

Para exemplificar o caráter popular do *Jornal do Brasil*, é importante relatar que publicava a cobertura das festas populares, religiosas e do carnaval. Em janeiro já começava a ser veiculada a seção "Carnaval", ela informava quais eram os clubes carnavalescos e os preparativos para a grande festa popular. Durante os dias do carnaval, a capa e algumas páginas do miolo eram dedicadas à publicação da cobertura dos bailes e blocos. Em 1901, cada festa ou clube mencionado era acompanhado por uma ilustração representando elementos característicos do carnaval, o que motivou a criação de uma página repleta de pequenas notas **(figuras 5 e 6)**. Nesses dias a seção de modas deixava de lado as novidades parisienses e apresentava acessórios para serem usados nos eventos carnavalescos.

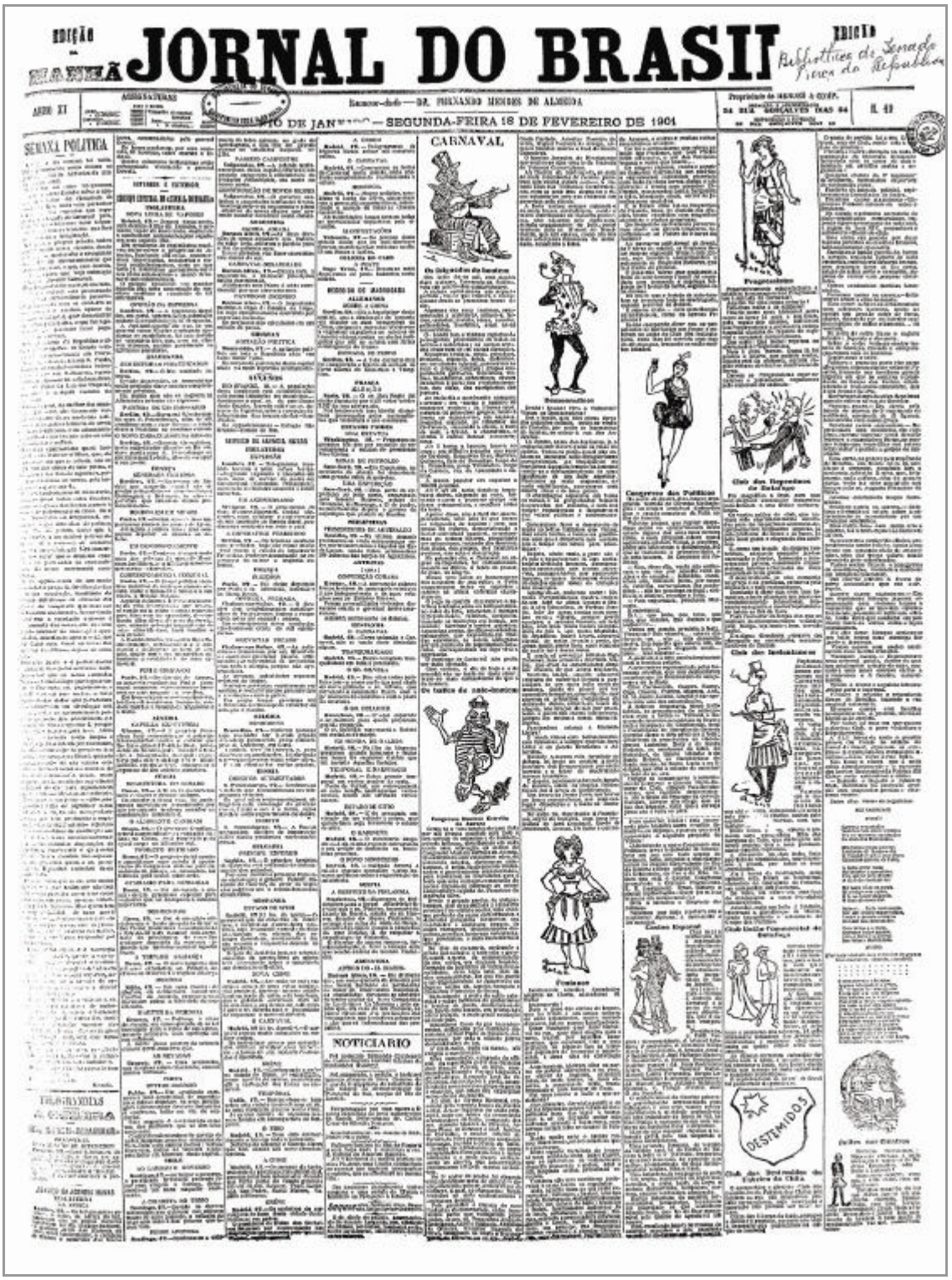
PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

Isso ilustra como o jornal divulgava os eventos populares, irradiava as novidades e costumes da capital para todo o país.

No que diz respeito a inovações editoriais, começou a publicar um romance policial em quadrinhos, ilustrado por Julião Machado (Casimiro Miragy), em dezembro de 1902. O título da história, *Os irmãos da luva vermelha,* era apresentado com letras desenhadas sem serifa, em caixa alta. A estrutura de apresentação do romance era vertical, ocupando duas ou três colunas da capa. O texto e as ilustrações dividiam o espaço e suas dimensões alternavam entre uma e duas colunas **(figura 7)** (Sodré, 1999: 284-5). Além das duas edições diárias, a empresa ainda publicava uma edição semanal ilustrada, a *Revista da Semana*; uma edição mensal de informações úteis, o *Guia Mensal do Jornal do Brasil*, e uma edição anual com desenhos em cores e em preto e branco, o *Anuário Ilustrado do Jornal do Brasil.*

Uma característica importante do *Jornal do Brasil* no início do século foi a valorização das caricaturas, que eram publicadas diariamente e quebravam a monotonia da estrutura das páginas. As sátiras acerca da política, dos problemas nacionais, dos novos valores gerados com a modernidade eram importantes diferenciais do periódico e ajudavam a formar o público. Aos domingos o jornal ficava ainda mais interessante. Artur Lucas (Bambino) elaborava um resumo ilustrado dos acontecimentos da semana, que era publicado com grande destaque na capa **(figura 8)**, além das diversas outras charges e caricaturas que invadiam também o miolo da publicação, de autoria dos demais ilustradores que trabalhavam para o jornal, como Celso Hermínio e Julião Machado **(figura 9)**.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA


JORNAL DO BRASIL

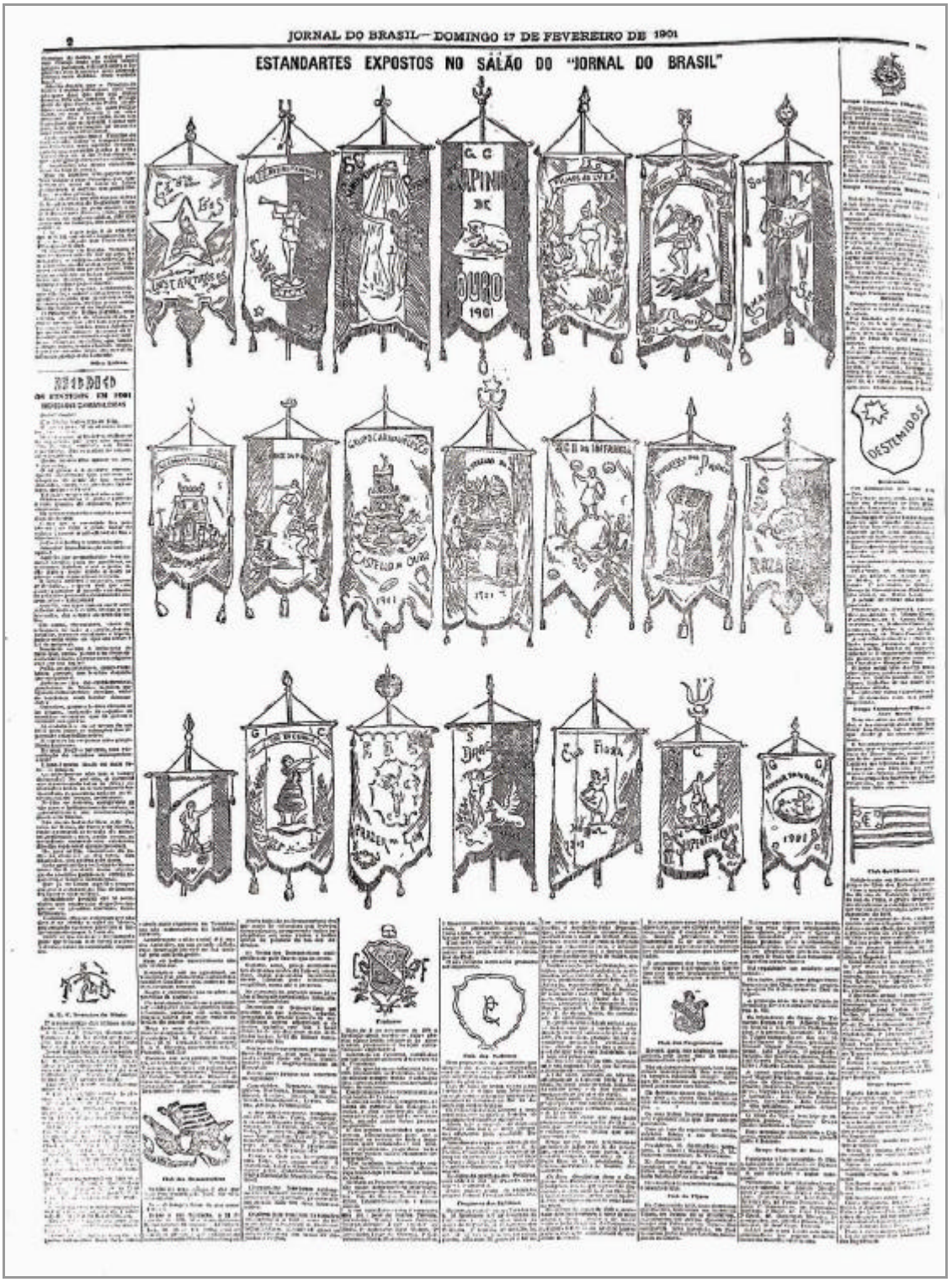
SEGUNDA-FEIRA 18 DE FEVEREIRO DE 1901

CARNAVAL

NOTICIARIO

Figura 5 – Cobertura do carnaval de 1901.

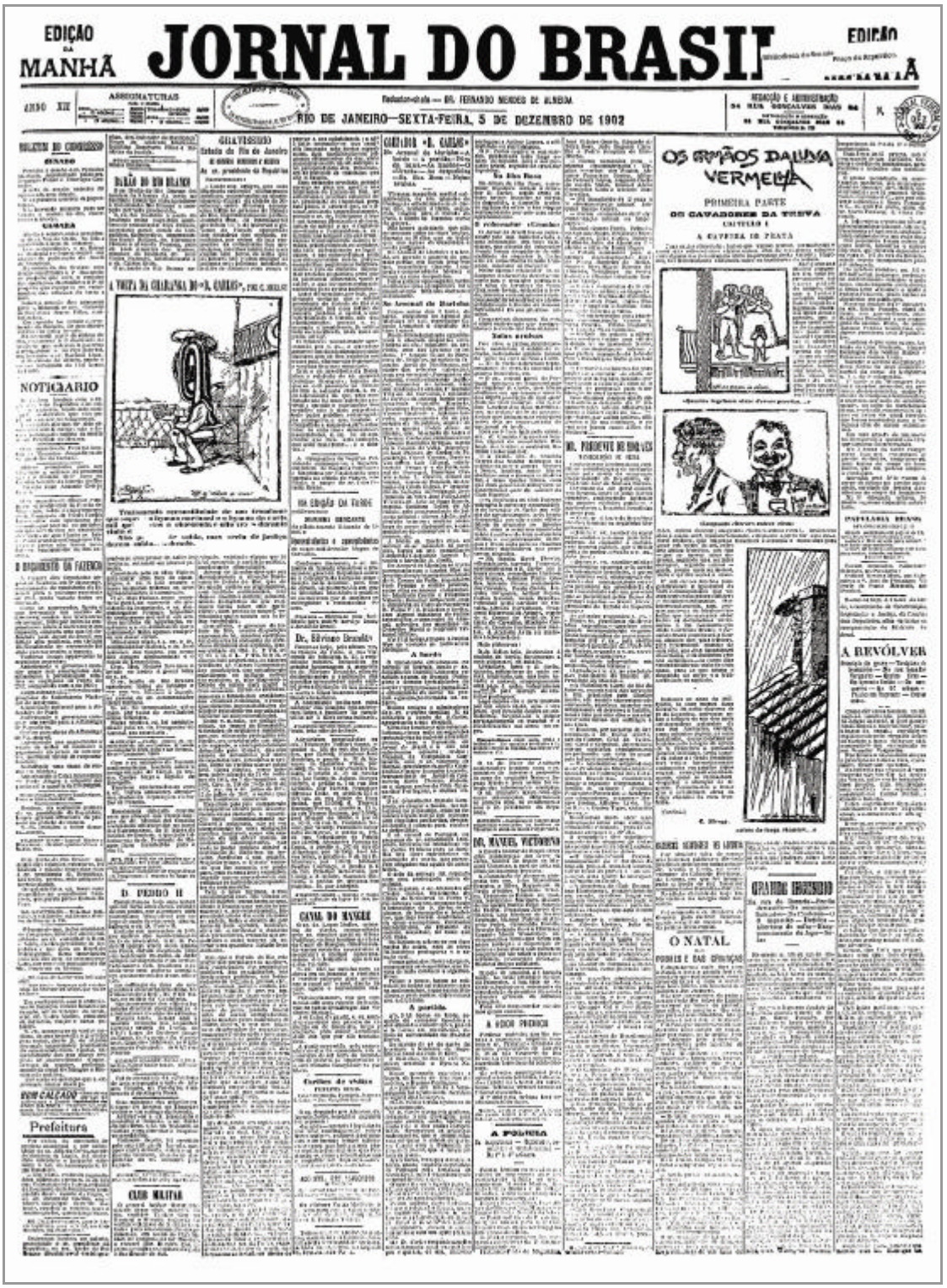
PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA


JORNAL DO BRASIL — DOMINGO 17 DE FEVEREIRO DE 1901

ESTANDARTES EXPOSTOS NO SALÃO DO "JORNAL DO BRASIL"

Figura 6 – Cobertura do carnaval de 1901.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA



EDIÇÃO DA MANHÃ

JORNAL DO BRASIL

EDIÇÃO DA MANHÃ

ANNO XII — ASSIGNATURAS — Redactor-chefe — DR. FERNANDO MENDES DE ALMEIDA — RIO DE JANEIRO—SEXTA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 1902 — N. 5

BULLETIM DO CONGRESSO

SENADO

CAMARA

NOTICIARIO

O DESPACHO DA FAZENDA

D. PEDRO II

CLUB MILITAR

Prefeitura

NOVO CALÇADO

GRAVISSIMO

Estado do Rio de Janeiro

A ROSA BRANCA E A ROSA VERMELHA

A VOLTA DA CRIANÇA DO «R. CARLOS», POR C. DELLA

CARTOLINA «R. CARLOS»

NA EDIÇÃO DA TARDE

Dr. Silvino Brandão

CANAL DO MANGUE

Centro de vidros

A POLICIA

DR. MANUEL VICTORINO

OS GRIMÃOS DA LUVA VERMELHA

PRIMEIRA PARTE

OS CAVADORES DA TRUFA

CAPITULO I

A CAVEIRA DE PRATA

DR. PORFIRIO DE BRITO

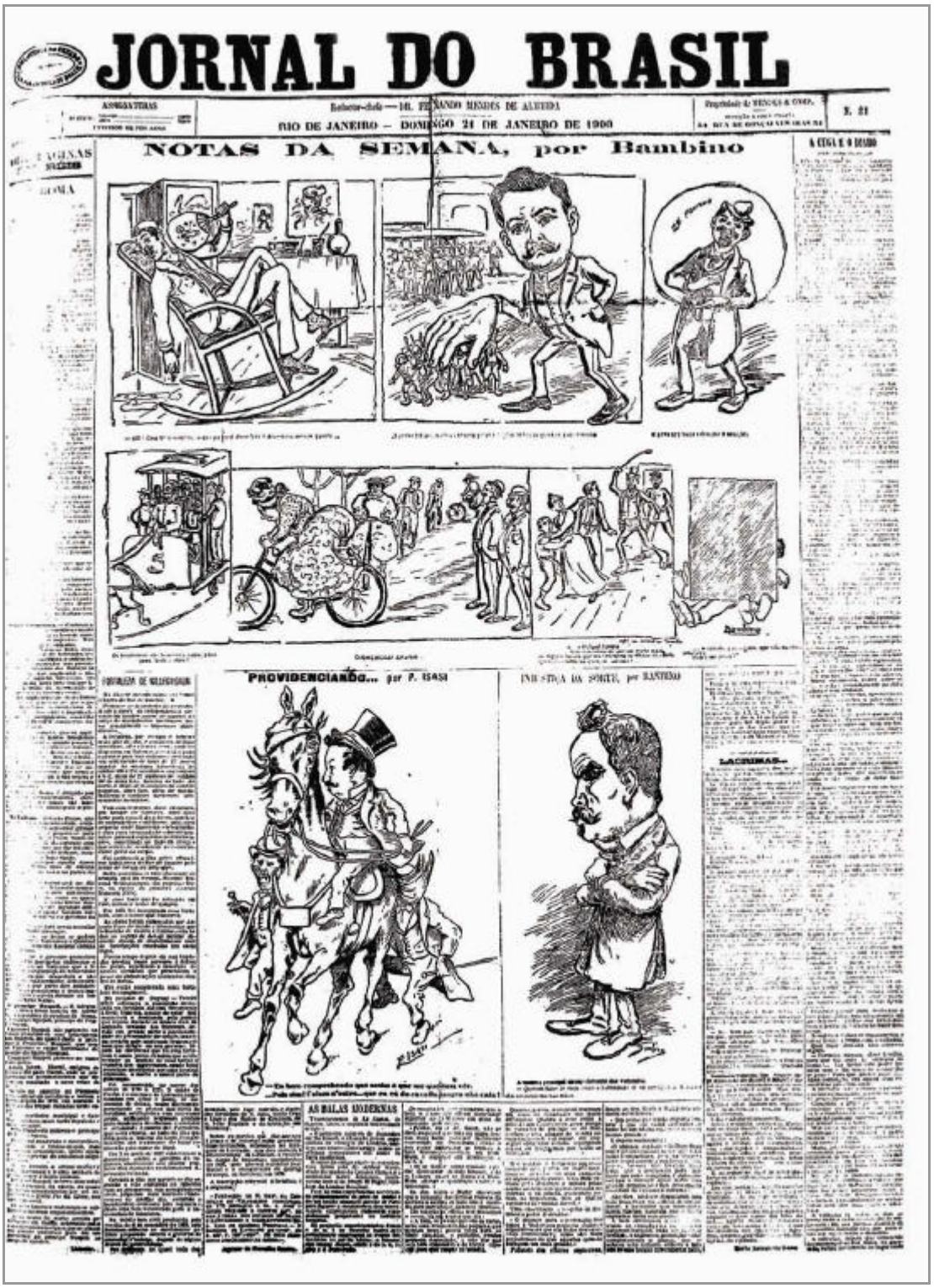
A REVÓLVER

O NATAL

PRESENTES E BAR OFFICIAES

Figura 7 – Romance policial em quadrinhos, 1902.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA



JORNAL DO BRASIL

RIO DE JANEIRO — DOMINGO 21 DE JANEIRO DE 1900

NOTAS DA SEMANA, por Bambino

PROVIDENCIANDO... por P. ISASI

INDISTOLA DA SORTE, por BAMBINO

LAGRIMAS...

AS MALAS MODERNAS

Figura 8 – Capa de edição dominical em 1900.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

JORNAL DO BRASIL

RIO DE JANEIRO — DOMINGO 2 DE DEZEMBRO DE 1900

CONSELHOS DE UM PAE AO SEU FILHO
OU
ARTE DE BEM VIVER NO SECULO XX
POR
JULIÃO MACHADO

Figura 9 - Capa de edição dominical em 1900.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

No dia 1° de Janeiro de 1902 o *Jornal do Brasil* informava seus investimentos em relação à ilustração, nesse momento era o que havia de mais moderno nas páginas dos periódicos diários:

> Foi o Jornal do Brasil dos primeiros a introduzir a ilustração nas suas edições diárias. Toda a imprensa contemporânea adota essa tendência, que consiste em por ao serviço do Jornal a contribuição de todas as artes. Uns como o Fígaro, o aristocrático Fígaro limitam-se, em dias determinados, à caricatura do acontecimento palpitante da atualidade; outros, como Le Journal e Le Martin, os órgãos de maior circulação em França depois do Petit Journal e o New-York-Herald, New York Journal, New-York-World, da União Americana, ilustram largamente o local, o fait divers, o folhetim, o crime sensacional, a vida cidadã ou provincial. O Jornal do Brasil adota simultaneamente os dois processos e a caricatura diária alia o comentário ou elucidação gráfica da vida contemporânea, própria ou alheia. Os seus artistas são conhecidos; algumas das suas páginas têm sido aplaudidas pelos mais exigentes paladares do jornalismo europeu. É um serviço caro, bem o sabemos; mas não é uma razão para, não podendo custeá-lo, denegri-lo por pirronismo, por sistema ou por qualquer outra razão, nem decente nem artística (Jornal do Brasil, 1902).

É interessante a comparação que este texto faz entre os periódicos internacionais e as formas de utilização da ilustração no jornal diário. Num momento em que estavam se estabelecendo padrões e tecnologias e o público leitor ia se habituando às novidades, o *Jornal do Brasil* anuncia que utilizava as duas formas de ilustração descritas, a caricatura dos acontecimentos políticos e sociais aliada à ilustração que figurava como fotografia, enfatizando os acontecimentos sensacionais e a vida contemporânea. Os esforços para acompanhar o que era produzido em jornais respeitados mundialmente traduziram-se na contratação de profissionais gabaritados, que correspondiam à produção necessária, e ainda no investimento em tecnologia, como se pode constatar na segunda parte dessa citação:

> Não contente, porém, com haver introduzido a ilustração nas suas edições diárias, o Jornal do Brasil adquiriu há um ano com sacrifício não pequeno, o material e a propriedade da Revista da Semana, dando ao público uma edição semanal ilustrada, cujos trabalhos de fotozincografia, de fotogravura, de litografia e cromotipia, honram as suas oficinas. Essa publicação é única no Brasil e foi criada com o tostão diário do povo. Até que outra apareça estamos, pois, no direito de considerá-la a melhor.
>
> Literalmente, nos domínios da pura estética mental, os progressos do Jornal do Brasil têm sido mais lentos, subordinados, como não pode deixar de suceder, ao serviço de informações que, na imprensa diária contemporânea tudo pretere e protela. Mas, quem como nós, faz da sua profissão tão alevantada e nobre idéia, certo não é insensível a beleza dos grandes espíritos do seu tempo, e por feliz se

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

> dará no dia em que para regalo do cenáculo intelectual, as circunstâncias lhe permitirem associá-los à prosperidade da empresa (Jornal do Brasil, 1902).

O *Jornal do Brasil* iniciou a construção de sua nova sede na Avenida Central, principal ícone da grande reforma urbana que modificou o Rio de Janeiro no início do século[2], para aonde se deslocou todo o comércio de primeira linha da cidade. Na percepção geral, a modernidade estava ligada ao progresso e à tecnologia. Assim, nessa mesma época, o jornal comprou modernas máquinas que imprimiam em cores, os primeiros linotipos[3] chegados ao Rio; e ainda, uma clicheria de sistema fotomecânico, que permitia a confecção de clichês através de processo fotográfico. Com todo esse investimento o jornal foi transformado em sociedade anônima e passou a ser comandado por Carvalho de Morais, tendo como acionista Ernesto Pereira Carneiro[4], responsável pelos setores comercial e financeiro (Silva, 1988: 47). Ainda em conseqüência das dívidas acumuladas com a modernização da empresa, em 1° de agosto de 1906, começaram a ser veiculados na capa pequenos anúncios, alteração gráfica que perdurou por décadas e, nessa época, se inspirou em jornais estrangeiros que usavam o mesmo recurso como o *New York Herald, The Times, La Prensa, La Nación* **(figura 10)** (Sodré, 1999: 325).

Desfrutando da nova tecnologia, em 1907, o jornal apresentou seu cabeçalho impresso em vermelho e produziu suplemento colorido, veiculado aos domingos e composto de quatro páginas, com oito colunas **(figura 11)**. Os títulos eram pequenos e apresentados em tipografia sem serifa, para a separação horizontal das matérias eram utilizados finos fios duplos. O uso comedido de elementos gráficos tornava a página clara e limpa, as grandes imagens quebravam a monotonia da estrutura estática das páginas. As fotografias eram publicadas em tamanho maior que o usual e, muitas vezes, eram apresentadas em formatos inusitados; além disso, eram elaboradas composições interessantes unindo desenhos e ilustrações a meio-tom **(figura 12)**. Os ilustradores

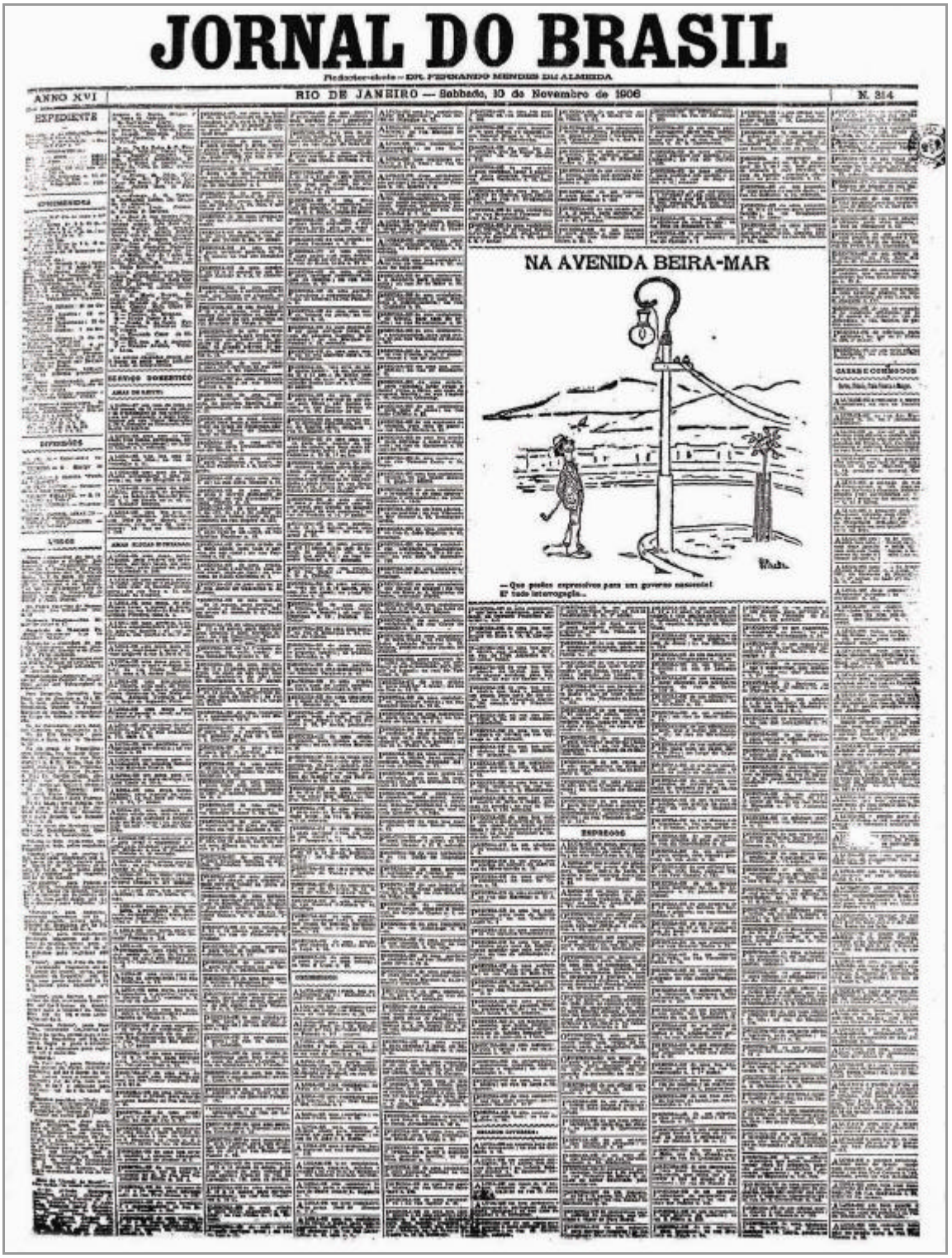
---

[2] De 1903 a 1906 a capital foi modificada radicalmente através de um plano de ações que ampliou e reformou o porto, demoliu centenas de imóveis para abrir diversas ruas no centro da cidade, e ainda, foram tomadas várias medidas a fim de livrar a cidade das epidemias que assolavam a população (Sevcenko, 1998: 22-23).

[3] Linotipo – denominação de máquina para compor linhas-bloco com o auxílio de matrizes reunidas por meio de um teclado (Porta, 1958: 237).

[4] Ernesto Pereira Carneiro, futuro conde papalino, tornou-se proprietário do jornal na década de 1920.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA



JORNAL DO BRASIL

Redactor-chefe — DR. FERNANDO MENDES DE ALMEIDA

ANNO XVI | RIO DE JANEIRO — Sabbado, 10 de Novembro de 1906 | N. 314

NA AVENIDA BEIRA-MAR

— Que podes expressivos para um governo nascente!
E' tudo interrogação...

Figura 10 – Capa repleta de pequenos anúncios. Importante alteração gráfica em 1906.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

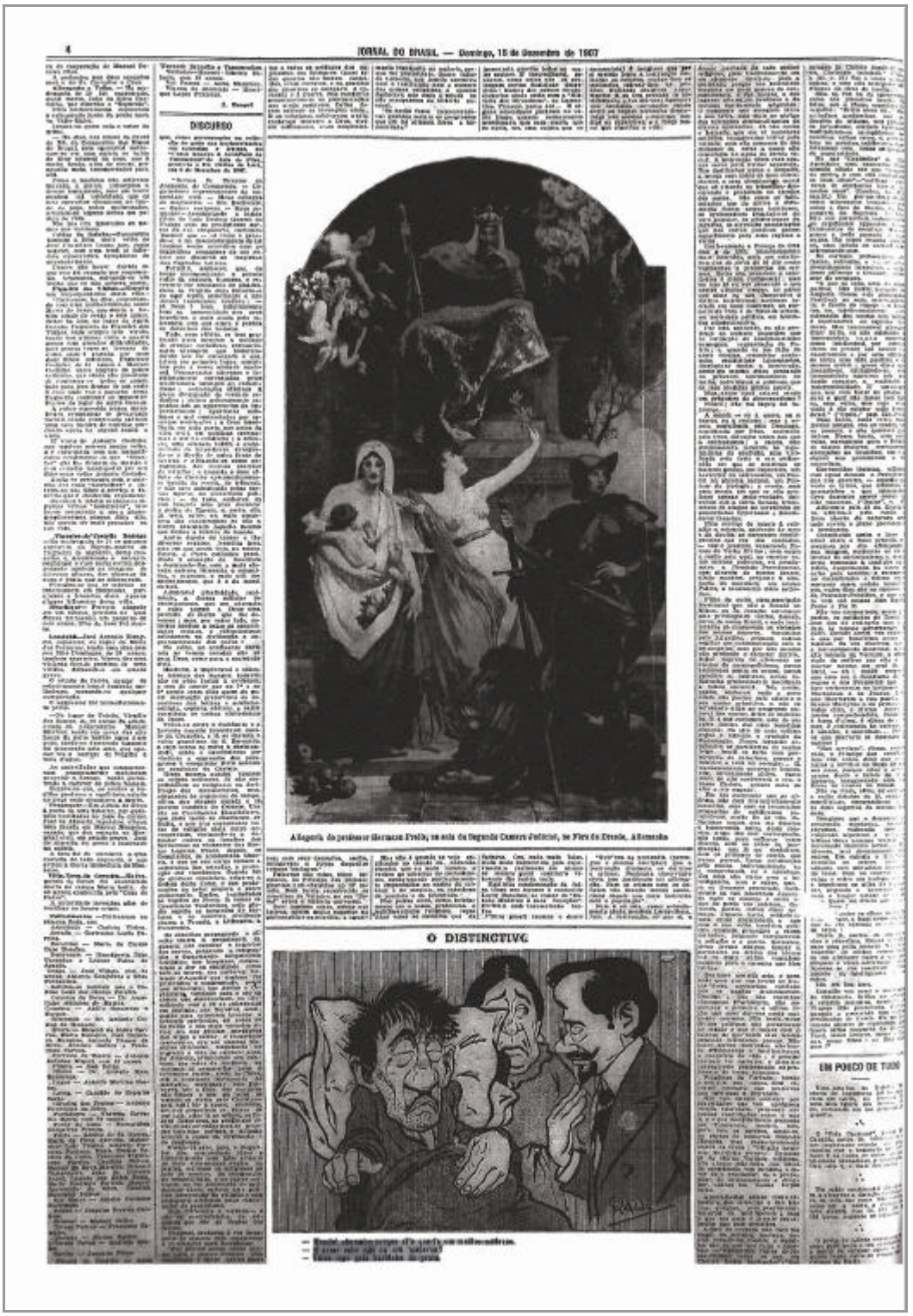


Figura 11 – Suplemento dominical em 1907.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

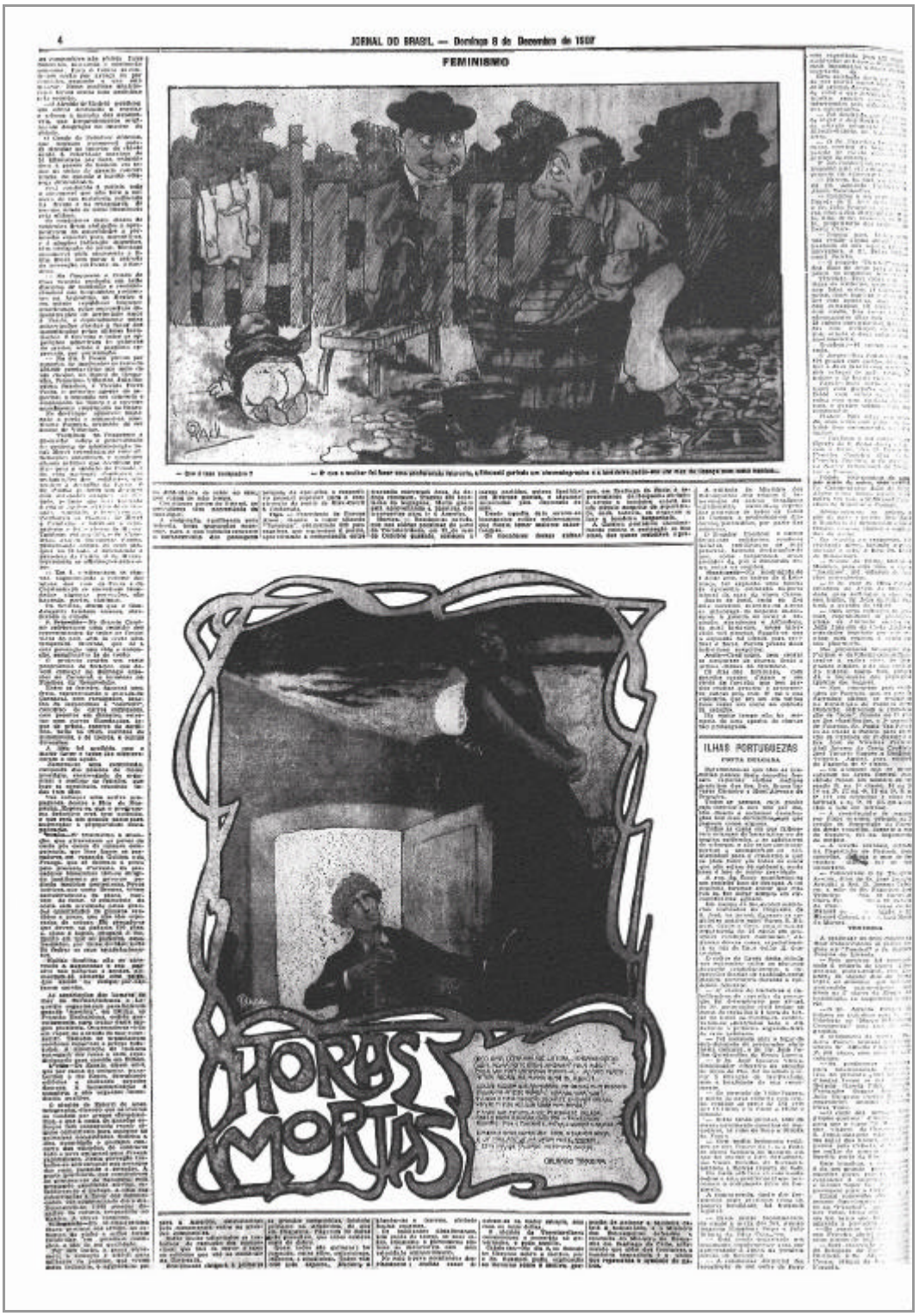


Figura 12 – Suplemento dominical em 1907. Composições interessantes.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

que mais colaboravam nas edições desse ano foram Amaro, Bambino e Raul, com destaque para o último nos suplementos.

A nova sede do jornal, concluída em 1910, era na época o prédio mais alto da América Latina. O periódico continuou a vender como água. Nesse mesmo ano, com as notícias sobre a revolta dos marinheiros, chegou a produzir de 5 a 6 edições diárias. Nessa época existiam 40 agências do *Jornal do Brasil* espalhadas pela capital para receber os "pequenos anúncios de letras", os classificados de hoje, e, também, para receber as reclamações da população que eram publicados gratuitamente na seção intitulada "Queixas do Povo" (Silva, 1988: 52).

Quanto às inovações editoriais, o jornal foi pioneiro quando passou a dedicar uma página inteira ao esporte, em 1912. O título da seção escrito em inglês, *Sport*, se apresentava com destaque e era composto por letras desenhadas cercadas de ilustrações de pessoas praticando vários tipos de atividades e de instrumentos representativos das modalidades: automobilismo, ciclismo, crianças patinando, jogador de futebol, cavaleiros, alvo de dardo, esgrima e até um avião, elemento que representava a modernidade. Existiam várias sub-seções, tais como, "Rowing" (remo), "Foot-ball", "Natação", "Cyclismo", "Boxing", "Athletismo", "Patinação", "Lawn Tennis", "Tiro", "Luta", "Aviação". Chama atenção à mistura de títulos nas línguas portuguesa e inglesa, demonstrando a influência estrangeira então predominante. A veiculação de cada sub-seção dependia da existência de notícias sobre elas; a única que era publicada diariamente era "*Foot-ball*". A página era publicada repleta de reportagens com cobertura de eventos esportivos e ilustrada com fotografias, principalmente, dos eventos e de personalidades importantes dos clubes esportivos.

O espaço dedicado aos esportes no *Jornal do Brasil* existe desde sua fundação, quando as notícias giravam em torno das corridas de cavalo promovidas no *"Jockey-Club"*. Porém, a utilização de uma página inteira para o assunto foi reflexo da popularização dos esportes no país. Com isso, a seção passou a ter mais destaque; foi observada uma diagramação peculiar no dia 17 de novembro de 1912, com o recorte de vários retratos em forma triangular e dispostos simetricamente, entretanto, inclinados, formando um conjunto no formato de um buquê **(figura 13)**. Ainda em 1912, era publicada com destaque a seção "Agricultura e Pecuária", ocupando página inteira, com título imponente e desenhado, com elementos representativos do assunto.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

Figura 13 – Página inteira dedicada aos esportes em 1912.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

2.3 As conseqüências da I Guerra Mundial e os anos 1920

O *Jornal do Brasil* fez cobertura diária da Primeira Guerra Mundial dando-lhe destaque nas chamadas de capa sob o título: "Europa em Guerra", ilustradas com fotografias **(figura 14)**. As notícias telegráficas tiveram muita importância nessa época, ocupando grande parte da edição para divulgar cada movimentação da guerra e, muitas vezes, as matérias eram ilustradas com fotografias **(figura 15)**. Segundo a visão de Sodré, o noticiário sobre o armistício, que marcou o fim da guerra, em 1918, "é moderno, movimentado, escandaloso mesmo" **(figura 16)** (Sodré, 1999: 346). Nessa época, as capas eram apresentadas repletas de classificados e, em alguns dias, caricaturas eram publicadas em meio aos pequenos anúncios. A manchete do armistício ocupou toda a metade superior da página, tomando o espaço cativo dos classificados da capa. A notícia foi destacada com quatro grandes títulos, ocupando toda a extensão da página, cada um deles composto em tipologias diferentes. Abaixo dos títulos, foram publicadas várias fotos de líderes de diversos países, com uma foto maior ao centro e, dos lados, fotos menores intercaladas a elementos decorativos que ora estavam alinhados no topo do espaço destinado às fotos, ora alinhados na base. Esse desalinhamento das fotografias é o que proporciona movimento à página, conforme constatou Sodré. No miolo foram publicadas diversas reportagens sobre o fim da guerra. Foram divulgados os telegramas importantes para o acontecimento numa página inteira composta de vários títulos e tópicos destacados, e ainda, fotografias de personalidades ligadas à guerra, intercaladas em meio ao texto **(figura 17)**.

Uma das conseqüências da Primeira Guerra Mundial foi o encarecimento de vários produtos importados usados pela indústria gráfica, inclusive o papel jornal. Pode-se observar em 1918 os esforços do *Jornal do Brasil* na economia de espaço nas páginas onde apresentavam textos em corpos minúsculos e títulos menores do que o usual. Isso provocou uma séria crise financeira no *Jornal do Brasil*, já endividado com os investimentos de modernização. Até que, sem conseguir quitar as hipotecas feitas junto ao conde Pereira Carneiro, o jornal passou às suas mãos em 1919. A chefia de redação foi assumida por Assis Chateaubriand que viera de Pernambuco, e posteriormente seria um dos maiores nomes da história da imprensa brasileira (Sodré, 1999: 346).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

JORNAL DO BRASIL — SEXTA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 1915

A EUROPA EM GUERRA

As operações navaes nos Dardanellos

Os inglezes só empregam navios que não teriam outra applicação

COMMUNICADOS OFFICIAES

TELEGRAMMAS DA GUERRA

Foi posto a pique pelos austriacos o cruzador couraçado italiano «Amalfi»

SOISSONS FOI NOVAMENTE BOMBARDEADA PELOS ALLEMÃES

Crea-se na Italia o cargo de sub-chefe do estado-maior da armada

SUBMARINOS ALLEMÃES NO ATLANTICO?

Os austro-allemaes preparam o ataque a Lublin

Foi decretada a mobilisação do exercito bulgaro

A ITALIA E A GUERRA

O cruzador italiano «Amalfi» posto a pique pelos austriacos

NO MAR

NA TURQUIA

TURCOS E ALLIADOS

OS PAIZES BALKANICOS E A GUERRA

THEATRO DA GUERRA

NOTICIAS DIVERSAS

ULTIMA HORA

Figura 14 – “Europa em Guerra”, cobertura da I Guerra Mundial.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

JORNAL DO BRASIL — TERÇA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 1918 5

A GRANDE GUERRA

O assassinato do Conde de Mirbach agita a opinião

A Allemanha manda tres corpos de exercito em soccorro da Austria

O heroismo dos italianos na reconquista do zona entre o Piave Vechio e Piave Nuovo

Boato do divorcio do Imperador da Austria e da Imperatriz Zita

A GUERRA NA FRENTE ITALIANA

O Imperador Carlos e a Imperatriz Zita

Boato do seu divorcio — A imperatriz accusada de revelar segredos militares

NA ALLEMANHA

O JAPÃO NA RUSSIA

A INFLUENZA HESPANHOLA

ESTADOS UNIDOS

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

Figura 15 – As notícias telegráficas foram importantes na divulgação dos acontecimentos da I Guerra Mundial.

JORNAL DO BRASIL

ANNO XXVIII — RIO DE JANEIRO — TERÇA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 1918 — N. 314

A VICTORIA DOS ALLIADOS

FOI ASSIGNADO O ARMISTICIO — A GUERRA VIRTUALMENTE TERMINADA

O Kaiser foge para a Hollanda -- A sorte que vão tendo os Reis e Principes da Allemanha -- As condições do armisticio

O "Jornal do Brasil" publica telegrammas importantes desses acontecimentos e das manifestações de regosijo realizadas em toda a parte

Figura 16 – Capa sobre o armistício em 1918.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

JORNAL DO BRASIL — TERÇA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 1918

SERVIÇO TELEGRAPHICO DO JORNAL DO BRASIL

O ARMISTICIO

A abdicação do Kaiser

A ceremonia da assignatura

A Republica na Polonia

Os inglezes não se surpreehendem com a abdicação do Kaiser

O ajuste de contas com a Allemanha deve ser rigoroso

Os reis e os principes Allemães

A Revolução na Allemanha

O FINAL DA GUERRA

Combates em Berlim

Numerosos baixas

A Republica acompanha a "Entente"

A VICTORIA DOS ALLIADOS

Manifestações de regosijo

COMMUNICADOS OFFICIAES

NA FRANÇA

O que o rei do Wurtemberg queria

NA HUNGRIA

Figura 17 – Página da edição sobre o armistício em 1918.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

Com as mudanças na diretoria e na redação, ocorreram mudanças gráficas também. A estrutura das páginas continuou semelhante, mas os títulos ganharam maior destaque, ocupando muitas vezes duas ou três colunas; já as manchetes ocupando toda a extensão da página tornaram-se comuns. Ainda em 1920, passou a ser veiculada diariamente a seção "Diário Desportivo", que possuía várias sub-seções apresentadas com título desenhado. Esse aspecto gráfico, do cuidado em destacar os subtítulos com ilustrações, reforça o caráter popular do periódico e seus esforços em tornar suas páginas interessantes.

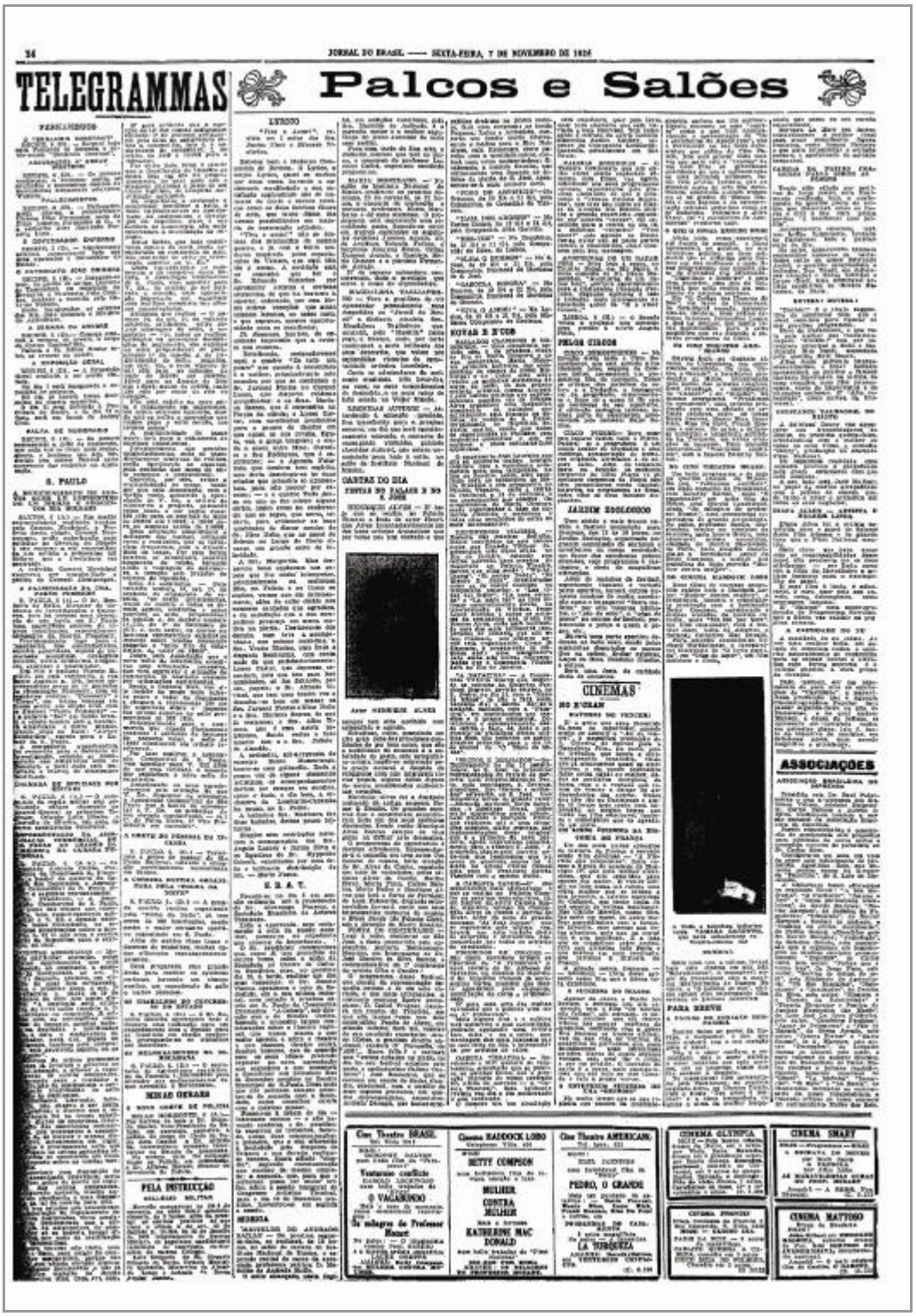
Segundo Sodré, na década de 1920 a imprensa brasileira se consolidou com estrutura empresarial, tornando-se mais raros os jornais e revistas de vida efêmera (Sodré, 1999: 371-2). Nesse período, jornais mais antigos agilizaram seus noticiários, e o *Jornal do Brasil* começou a receber os serviços da *United Press*, em 1922. Dois anos depois, passou a publicar uma seção inédita sobre rádio, que, a princípio, divulgava a quem havia sido concedida licença para instalação de aparelhos radiotelefônicos e anunciava sua erudita programação diária. Apesar de não ter recebido destaque no jornal, essa seção existiu por anos. O jornal também publicava a revista "Palcos e Salões", que ocupava, geralmente, seis das oito colunas da página **(figura 18)**. Seu título era composto em caixa alta, com tipografia de serifas quadradas e em negrito, era acompanhado por ornamentos de estilo vagamente *art nouveau*. O conteúdo dessa seção era voltado aos acontecimentos culturais, divulgava e criticava filmes, peças teatrais, circos, danças, músicas e outros eventos. As sub-seções fixas dessa revista eram "Música", "Novas e Ecos", "Pelos Circos", "Jardim Zoológico" e "Cinemas".

O jornal estava sempre investindo em inovações e acompanhando as mudanças de comportamento e interesses da população. Quando, em 1929, apareceu o cinema falado, o jornal logo passou a dedicar uma página inteiramente ao assunto (Sodré, 1999: 364-5). Segundo Sevcenko, o cinema de Hollywood, no seu apogeu, exerceu efeito profundo na mudança do comportamento e dos padrões de gosto e consumo no mundo todo (Sevcenko, 1999: 398-9). Diariamente era publicada a seção "Cinemas e Filmes", que informava os lançamentos, a programação do que estava sendo exibido na cidade e publicava fotografias. Todavia, era aos domingos que o assunto ganhava destaque e se estendia a uma página inteira. O título mudava para "Cinema, a realidade – sonho...", era composto em tipografia sem serifa e em negrito e ocupava toda a extensão da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

página. Além dos textos, eram publicadas diversas fotografias de cenas dos filmes e dos famosos atores hollywoodianos. A composição gráfica da página se destacava das demais do periódico, já que era diagramada sem os fios verticais de separação das colunas **(figura 19)**.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA



JORNAL DO BRASIL — SEXTA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO DE 1924

TELEGRAMMAS

Palcos e Salões

CINEMAS

ASSOCIAÇÕES

Figura 18 – Seção “Palcos e Salões” em destaque.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

JORNAL DO BRASIL — DOMINGO, 16 DE NOVEMBRO DE 1930

Cinema, a realidade – sonho...

NOTICIARIO DA BRASIL CINEMATOGRAPHICA

NOTICIARIO DA WARNER FIRST

FINALMENTE, NA NOSSA LINGUA!

NOTICIARIO PARAMOUNT

FOTOS DA UNITED ARTISTS

NOTICIARIO DA METRO-GOLDWYN-MAYER

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

Figura 19 – Página dominical dedicada ao cinema em 1930.

2.4 Censura Vargas e o "jornal das cozinheiras"

Durante o período de campanha presidencial, que se iniciou em 1929 e durou até a Revolução de 1930, a maioria da imprensa apoiou a Aliança Liberal. Com o golpe e a tomada do poder, a imprensa que apoiara a situação anterior foi liquidada e os periódicos que não foram destruídos sofreram graves conseqüências e não puderam voltar a circular de imediato. O *Jornal do Brasil* foi invadido, empastelado, ficou sem circular por quatro meses. Sua reabertura só foi possível com a substituição de Aníbal Freire por Brício Filho, que censurava as matérias antes de serem publicadas (Sodré, 1999: 371-376). Assim, o posicionamento do jornal em relação ao governo provisório foi de cautela: agiu timidamente quando fez críticas ao governo e se colocou a favor da campanha pela reconstitucionalização.

No início dos anos 1930 a imprensa brasileira lidava com os problemas econômicos do país e com a censura. Só em 1933, com a convocação da Assembléia Constituinte, é que o *Jornal do Brasil* voltou a se engajar mais abertamente nas lutas políticas. Isso ocorreu, principalmente, porque o conde Pereira Carneiro se candidatou à Constituinte pelo partido Autonomista do Distrito Federal e o jornal passou a ser um de seus veículos de divulgação. No ano seguinte, apoiou a Constituinte por trazer o país de volta à legalidade; porém, não aceitou o continuísmo de Vargas.

O *Jornal do Brasil* passava por problemas financeiros desde o início da década, apesar de ter se reestruturado internamente e mantido relacionamento estável com o governo. Para reorganizar as finanças da empresa, Pereira Carneiro convidou José Pires do Rio para assumir o cargo de diretor-tesoureiro. Pires do Rio[5] assumiu sua nova função em 1934, e o jornal foi reestruturado. Para ele era preciso transformar o periódico num "boletim de anúncios", dando ênfase aos classificados. Questões políticas, culturais e outros assuntos passaram a ter menos destaque. Defendia o abandono do interesse tradicional pelas artes e pela literatura; a seu ver, os literatos deveriam ser afastados gradativamente da empresa. Além disso, sua postura em relação à contenção de despesas provocou

[5] José Pires do Rio nasceu em 26 de novembro de 1880, em Guaratinguetá (SP). Formou-se em engenharia e farmácia. Trabalhou nas obras do porto do Rio de Janeiro de 1906 a 1910, foi ministro, deputado federal e por fim diretor-tesoureiro do *Jornal do Brasil*, cargo que ocupou até o fim de sua vida (Abreu, 2001, vol.5: 5067-8).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

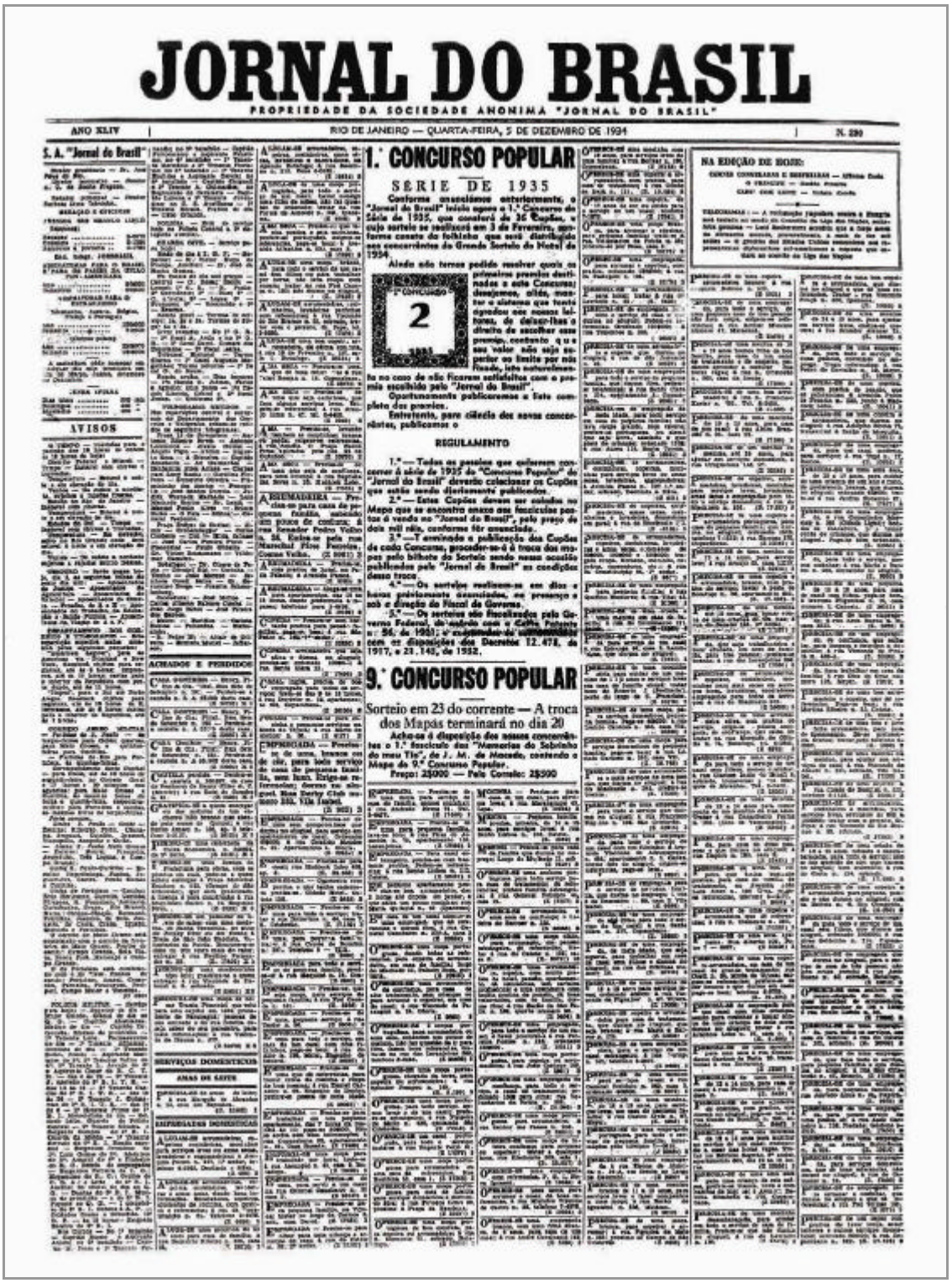
inúmeros atritos com os funcionários. Dessa forma, o *Jornal do Brasil* foi aos poucos perdendo sua importância como órgão noticioso e, com as páginas majoritariamente ocupadas por anúncios, o jornal passou a ser chamado, pejorativamente, de "jornal das cozinheiras" **(figura 20)** (Abreu, 2001, vol.3: 2869).

Em 1935 eclodiu uma tentativa de golpe comunista, mas a falta de coordenação entre os diversos núcleos facilitou a repressão do governo, que liquidou a Intentona Comunista e prendeu milhares de pessoas. Sob pretexto desse episódio, foi decretado estado de sítio, e a imprensa foi censurada em todo o país. Os jornais de oposição ao governo perderam seu poder de crítica e sofreram com os embargos de fornecedores e banqueiros; tornou-se impossível a continuidade perante a situação imposta (Sodré, 1999: 380). O *Jornal do Brasil*, com seu novo posicionamento comercial, repudiou a revolta comunista e não sofreu repressão do governo. (Abreu, 2001, vol.3: 2869).

Em 1937, Vargas decretou o Estado Novo. A imprensa nacional foi calada com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão cuja atribuição era controlar todos os meios de comunicação através da censura e também divulgar os ideais do Estado Novo às camadas populares. Apesar do *Jornal do Brasil* ter apoiado a candidatura oposicionista de Armando Sales à presidência da República, considerou o golpe do Estado Novo uma solução para a crise política. Durante todo o período da ditadura de Vargas, o jornal manteve relações cordiais com o DIP e demonstrou simpatia em relação à legislação trabalhista e à política econômica do governo (Abreu, 2001, vol.3: 2869).

Uma das conseqüências da implantação da censura foi o empobrecimento da caricatura, que perdeu espaço na imprensa nacional. Profissionais de primeira linha que trabalhavam para jornais e revistas ilustrados ficaram de mãos atadas sem poder satirizar o governo. Foram oito anos de asfixia com a falta de liberdade. Só com a Segunda Guerra Mundial é que a caricatura novamente recomporia sua feição, expressando o sentimento popular contra o totalitarismo externo (Sodré, 1999: 383-4). Verificou-se que no *Jornal do Brasil* não há publicação de caricaturas durante esse período. A fotografia ganhou maior espaço e suprimiu de vez a arte que abrilhantou suas páginas durante décadas. As ilustrações se limitaram aos anúncios publicitários e às tirinhas publicadas esporadicamente.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA



JORNAL DO BRASIL

PROPRIEDADE DA SOCIEDADE ANONIMA "JORNAL DO BRASIL"

ANO XLIV | RIO DE JANEIRO — QUARTA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 1934 | N. 290

S. A. "Jornal do Brasil"

AVISOS

ACHADOS E PERDIDOS

SERVIÇOS DOMESTICOS

AMAS DE LEITE

ENFERMEIRAS DOMESTICAS

1.° CONCURSO POPULAR

SERIE DE 1935

Conforme anunciamos anteriormente, o "Jornal do Brasil" iniciou agora o 1.° Concurso de Série de 1935, que constará de 36 Cupões, e cujo sorteio se realizará em 3 de Fevereiro, aproveitando ensejo do folhinha que será distribuído aos concorrentes do Grande Sorteio do Natal de 1934.

Ainda não temos pedido resolver quais os primeiros premios destinados a este Concurso; desejamos, antes, manter o sistema que tanto agradou aos nossos leitores, de deixar-lhes o direito de escolher seu premio, contanto que o seu valor não seja superior ao limite por nós fixado, isto naturalmente no caso de não ficarem satisfeitos com o premio escolhido pelo "Jornal do Brasil".

Oportunamente publicaremos a lista completa dos premios.

Entretanto, para ciência dos nossos concorrentes, publicamos o

REGULAMENTO

1.° — Todos os pessoas que quiserem concorrer á série de 1935 do "Concurso Popular" do "Jornal do Brasil" deverão colecionar os Cupões que estão sendo diariamente publicados.

2.° — Estes Cupões devem ser colados no Mapa que se encontra nestas fascículos postos á venda no "Jornal do Brasil", pelo preço de dois réis, conforme fôr anunciado.

3.° — Terminação e publicação dos Cupões de cada Concurso, proceder-se-á á troca dos mapas pelo bilhete do Sorteio sendo nesse acasião publicados pelo "Jornal do Brasil" as condições dessa troca.

4.° — Os sorteios realizam-se em dias e horas previamente anunciados, na presença e sob a direção do Fiscal do Governo.

5.° — Os sorteios são fiscalizados pelo Governo Federal, de acordo com a Carta Patente n.° 56, de 1933, e cumpridos de acordo com as disposições dos Decretos 12.478, de 1917, e 23.143, de 1932.

9.° CONCURSO POPULAR

Sorteio em 23 do corrente — A troca dos Mapas terminará no dia 20

Acha-se á disposição dos nossos concorrentes o 1.° fascículo das "Memorias do Sobrinho do meu Tio", de J. M. de Macedo, contendo o Mapa do 9.° Concurso Popular.

Preço: 2$000 — Pelo Correio: 2$300

NA EDIÇÃO DE HOJE:

Figura 20 – "Jornal das cozinheiras". Páginas majoritariamente ocupadas por anúncios a partir de meados da década de 1930.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

Com os esforços pela democratização, em 1945, o *Jornal do Brasil* se posicionou contra o governo. Porém, o periódico não se engajou abertamente na campanha eleitoral, limitou-se a mostrar simpatia pelo candidato da oposição Eduardo Gomes, em virtude das relações pessoais deste com Pires do Rio. A deposição de Vargas e o curto período de governo de José Linhares, que nomeou Pires do Rio ministro da Fazenda, foi totalmente apoiado pelo jornal. Também foi bem aceita pelo jornal a vitória de Dutra e suas medidas contra o Partido Comunista, que teve o registro cancelado em 1947. Na campanha presidencial de 1950, o periódico novamente não se engajou e só demonstrou simpatia por Eduardo Gomes. Com a vitória de Vargas e a tentativa da oposição de questionar a posse do candidato eleito, o *Jornal do Brasil* posicionou-se a favor da legalidade, ou seja, de Vargas (Abreu, 2001, vol.3: 2869).

A Era Vargas acarretou conseqüências financeiras que transformaram a trajetória do periódico, alterando seu posicionamento e até sua apresentação gráfica. Principalmente no que diz respeito à grande ênfase dada aos classificados e também em relação ao desaparecimento das caricaturas do jornal. É interessante observar como esse período se compara com a primeira década de vida do *Jornal do Brasil*, quando seu posicionamento político também afetou radicalmente a empresa, que precisou mudar de proprietário e partido diversas vezes, até se tornar sucesso nacional e ficar conhecido como *Popularíssimo*, apelido divulgado pelo próprio jornal. Os desfechos desses dois períodos conturbados, a última década do século XIX e a Era Vargas, apresentaram mudanças significativas que alavancaram as vendas e tornaram o *Jornal do Brasil* parâmetro nacional. A transição do "jornal das cozinheiras" para ser novamente uma folha noticiosa será abordada a seguir.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

2.5 Reestruturação gráfica

Com a morte de José Pires do Rio em 1950, principal defensor da predominância dos classificados no jornal, e, posteriormente, com o afastamento do conde Pereira Carneiro por motivo de saúde e seu falecimento em 1953, o jornal se reestruturou. A condessa Pereira Carneiro,[6] com o auxílio de seu genro Nascimento Brito,[7] assume a direção do jornal, adquire equipamentos gráficos e recursos técnicos necessários para sua modernização. (Abreu, 2001, volume 1: 828; Egypto e Priolli, 1990: 27). Convencida de que era necessário mudar o jornal ou ele não sobreviveria, a condessa Pereira Carneiro viajou para os Estados Unidos à procura de soluções aplicáveis à sua empresa. Durante essa fase de transição, o periódico manteve-se neutro em relação aos acontecimentos políticos, não participando das principais campanhas empreendidas pelo governo Vargas (Abreu, 2001, vol.3: 2869).

O surgimento do Suplemento Dominical, criado por Reynaldo Jardim em 1956, foi a primeira alteração no jornal sob a nova direção e seu sucesso estimulou as alterações posteriores. Nascimento Brito assumiu o cargo de diretor-executivo da empresa em 1956, e uma das suas primeiras medidas foi contratar o jornalista Odylo Costa Filho para coordenar a reformulação do jornal. Para realizar as mudanças que o *Jornal do Brasil* necessitava, Odylo organizou uma nova equipe, composta por jovens jornalistas que trabalhavam no *Diário Carioca*, conhecido por sua leveza, graça e charme, e, na agressiva *Tribuna da Imprensa*. Os profissionais que se destacavam na equipe eram Jânio de Freitas, Carlos Castelo Branco, Carlos Lemos, Wilson Figueiredo, Amílcar de Castro, Hermano Alves, Lúcio Neves, Luís Lobo, Ferreira Gullar e José Carlos de Oliveira. Com a equipe renovada, o jornal passou a ampliar seu noticiário e o número de páginas de suas edições. Apesar de ainda não haver um plano de ações definido, começaram a fazer experimentações, como a publicação de uma fotografia na capa, em meio aos anúncios, em 1957, ou ainda, a re-organização da página de

[6] Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro, filha do escritor, jornalista e político João Dunshee de Abranches Moura, deputado federal de 1906 a 1917. Casou-se com o conde Pereira Carneiro em 1942, quando ambos eram viúvos.

[7] Manoel Francisco do Nascimento Brito nasceu em 02 de agosto de 1922, no Rio de Janeiro. Formou-se em direito em 1946, nesse mesmo ano casou-se com a enteada do conde Pereira Carneiro e assumiu a superintendência do sistema *Jornal do Brasil*, que incluía o jornal, a agência de notícias, uma gráfica e redes de rádio (Abreu, 2001, vol.1: 828-9).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

esportes, que funcionou como um laboratório de experiências (Lessa, 1995: 18-21).

Todas essas mudanças e experimentações culminaram, no final da década, na modificação estrutural e gráfica mais célebre na história dos jornais impressos brasileiros. Em 1959, a primeira página foi radicalmente reestruturada e o noticiário voltou a fazer parte da mesma **(figura 21)**. No ano seguinte, concretizaram-se as principais modificações gráficas, sob a orientação de Amílcar de Castro: os classificados passaram a ocupar um caderno separado, o *Caderno C*, ainda surgiu o *Caderno B*, onde eram publicadas as notícias sobre as artes em geral, especialmente sobre cinema e teatro (Abreu, 2001, vol.3: 2870). Com o sucesso das modificações editoriais e gráficas, o *Jornal do Brasil* passou a servir de referência para periódicos em todo o Brasil e essa transformação tornou-o objeto de estudo, principalmente, para comunicólogos e designers.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA

JORNAL DO BRASIL

Revolução na Nicarágua contra ditadura Somoza

Câmara negará licença para processar Deputados

Comerciário pensam pedir aumento: 50%

NAVIO RUSSO CHEGA SEM ÁGUA E SEM AVISO

Indústrias privadas vão ceder energia para evitar encampação de fôrça e luz

História de um americano e 10 milhões

CNP decide 5.ª-feira sôbre derivados

Artigos de Mário Pedrosa

Figura 21 – Capa do jornal após passar por uma importante reforma gráfica no final da década de 1950.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610429/CA